



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 99

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 06 de junho de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Marta Couto) e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão teve início com o [Debate de urgência sobre “Aumento do Investimento Privado e Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial \(COMPETIR+\)”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Carlos Silva, usou de imediato a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Para além os oradores referidos, pediram a palavra para intervir no debate os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Deputado Paulo Mendes (*BE*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*) e a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

Posteriormente, foi apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o [Projeto de Resolução n.º 104/XI – “Violação da liberdade de expressão, reunião e manifestação de um grupo de cidadãos no âmbito das comemorações do Dia de Portugal que decorrem nos Açores”](#), o qual foi rejeitado por maioria.

Participaram neste debate os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*) e no final foram proferidas declarações de voto pelos Sr. Deputados Paulo Estêvão e Manuel Pereira.

De seguida, foi aprovado por unanimidade a [Anteproposta de Lei n.º 10/XI – “Estabelece o regime jurídico da regularização dos "Chãos de Melhoras" apresentada pela Secretária Regional da Solidariedade Social \(Andreia Costa\)](#).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Almeida (*PSD*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Vasco Costa (*PS*), Francisco César (*PS*) e a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação do [Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XI – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a justificação de urgência feita pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), participaram no debate a Sras. Deputada Graça Silveira e o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Submetido à votação o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, foi apresentado o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 148/XI – “Recomendar ao Governo Regional que preserve o pavimento da Ladeira do Maranhão, na Vila do Corvo, que constitui um dos últimos troços preservados da calçada tradicional da respetiva ilha”](#), pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

O pedido de urgência foi rejeitado por maioria, tendo no final usado da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Iasalde Nunes (*PS*).

Sem antes terminar, foi colocado à votação o [Projeto de Deliberação n.º 4/XI – Suspensão da data para entrega do Relatório Final da Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores \(CEIRCCIRAA\)](#), subscrito pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE, tendo sido aprovado por unanimidade.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de junho.**

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 10 minutos.

Presidente: Bom dia.

Peço que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário possa fazer a chamada.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros Faria e **Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Marta Ávila de **Matos**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Renata Correia **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Elisa Lima **Sousa**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**
Jorge Azevedo **Paiva**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**
Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados. Significa que temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados a nossa manhã de hoje está reservada ao debate de urgência requerido pelo Partido Socialista: Ponto 3 - **Debate de urgência sobre “Aumento do Investimento Privado e Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (COMPETIR+)”**.

Os tempos são aqueles que habitualmente utilizamos nesta figura regimental e estão assim distribuídos: o interpelante e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD – 24 minutos; o CDS – 15 minutos; Bloco de Esquerda – 12 minutos e as representações parlamentares do PCP e do PPM – 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra, por parte do Partido Socialista, o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os Açores mais do que um destino turístico de moda são hoje uma região próspera, competitiva e sustentável que atrai cada vez mais pessoas para cá viverem e mais empresas para investirem e criarem emprego e riqueza.

Nos últimos meses têm sido noticiadas várias iniciativas empresariais, intenções e concretizações de investimento nos Açores, por exemplo em junho de 2018 anunciou-se a construção do novo hospital internacional dos Açores, um investimento privado na ordem dos 30 milhões de euros e que poderá criar cerca de 350 postos de trabalho.

Em novembro de 2018 o Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores revelou que foram aprovados investimentos na ordem dos 440 milhões de euros no âmbito do COMPETIR +.

Em março de 2019 o Diretor Regional divulgou que cerca de 22% das candidaturas ao COMPETIR+ destinam-se a projetos a realizar na ilha Terceira

e cujo os investimentos rondam os 100 milhões de euros e poderão criar até 580 postos de trabalho.

Em abril foram aprovados mais 27 projetos nos setores do turismo, do comércio, dos serviços nas ilhas de São Miguel, Terceira, Pico, Faial e Santa Maria.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ainda esta semana foi notícia que vai ser inaugurado na Ribeira Grande um hotel de cinco estrelas com um investimento privado próximo dos dezasseis milhões de euros, também apoiado pelo sistema COMPETIR+.

E muito mais havia a dizer e a apresentar sobre investimentos em curso, sras. e srs. deputados. Na verdade, estes foram apenas alguns excertos de notícias dos últimos meses sobre o investimento privado, previsto, em curso ou até mesmo concluído, que traduzem e evidenciam o bom momento da economia regional.

Este crescimento sustentado da economia regional tem sido alavancado pelo investimento privado que nos últimos meses atingiu valores record, desde Santa Maria ao Corvo e em vários setores de atividade.

Mas falar em investimento privado é também realçar o mérito e o esforço dos nossos empresários e investidores que arriscaram, é verdade, mas sobretudo souberam reconhecer as inúmeras potencialidades da nossa Região e as especificidades de cada ilha e das nossas gentes.

No mesmo sentido, Mário Fortuna, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, afirmou recentemente que a economia dos Açores está hoje diferente do que era há dez anos, num processo sem retorno.

Disse e continuo a citar, temos uma economia mais baseada em setores transacionáveis e menos em setores estritamente dependentes do orçamento público e do consumo interno, fim de citação.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para uma análise mais completa da evolução do investimento privado devemos também ter em conta um dos seus principais catalisadores, ou seja, o sistema de incentivos ao investimento e à competitividade empresarial, designado por COMPETIR+.

O sistema de incentivos em vigor desde de 2015 está orientado para os resultados e para o aumento da produtividade das empresas, além de incentivar a criação de postos de trabalho ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e promover a eficiência energética.

Estamos por isso, a falar de valores sem paralelo na nossa história, mais de 500 milhões de euros de investimento privado e mais de 2600 novos postos de trabalho.

São estes os factos, sras. e srs. deputados, repito, o valor do investimento privado candidatado ao COMPETIR+ já ultrapassou os quinhentos milhões de euros e prevê criar mais de dois mil e seiscentos postos de trabalho. São números impressionantes.

Deputada Graça Silva e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos a falar de investimento que ocorre no turismo com cerca de 262 milhões de euros, mas também nos serviços com 114 milhões, na indústria com 93 ou até mesmo no comércio com 35 milhões de euros. São números de facto impressionantes para qualquer Região, ...

Deputado Francisco César (PS): Em todos os setores de atividade!

O Orador: ...mas ainda mais relevantes para uma região ultraperiférica como a nossa, que concorre no mercado cada vez mais global e mais competitivo.

Estes dados confirmam que os Açores são de facto, um investimento seguro e rentável, onde é possível conciliar o desenvolvimento dos negócios com excelentes condições de vida e bem-estar. E isso mesmo é confirmado no manifesto de 2019 da parceria Câmara do Comércio, Federação Agrícola e UGT, onde vem e passo a citar: “ Que os Açores dispõem de capacidades, de meios e de oportunidades para criar uma economia cada vez mais sustentável.” Os elementos apresentados atestam e bem a importância deste debate, não apenas porque demonstram a evolução muito positiva do volume de investimento privado, mas sobretudo porque o diagnóstico e a análise que hoje realizamos permite-nos encarar o futuro com maior confiança e previsibilidade. No fundo ao reconhecermos a dinâmica empresarial que se vive hoje nos Açores, estamos também a reconhecer o mérito e o sucesso das políticas públicas desenvolvidas pelos Governos do Partido Socialista que criaram e souberam criar um sistema de incentivos ao investimento competitivo, atrativo, mas mais importante, gerador de riqueza e de emprego.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com esta iniciativa o Partido Socialista mostra uma vez mais que é parte da solução...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... enquanto partido que fiscaliza, mas também propõe, altera e aperfeiçoa sempre e em benefício do interesse regional, sempre e em benefício dos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ao contrário de outros que não têm ideias para a nossa terra e se limitam a passar um cartão vermelho, nós não abdicamos de ser parte ativa no desenvolvimento sustentável da nossa terra.

É por isso que nós hoje temos um pib com o valor mais elevado de sempre.

Nós hoje temos um valor de investimento privado que bate records, mas mais importante do que isso, gera emprego e cria riqueza.

Nós hoje temos um sistema de incentivos atrativo e que reforça a competitividade da nossa economia.

Nós hoje, sras. e srs. deputados, apresentamos resultados aos açorianos e mostramos que o caminho percorrido ao lado das empresas e dos trabalhadores tem permitido criar valor e gerar riqueza para a nossa Região.

Portanto, fica aqui o desafio aos partidos representados nesta Assembleia: vamos debater o aumento do investimento privado de forma construtiva e tendo em conta os seus efeitos na criação de emprego e no desenvolvimento sustentável da nossa terra.

É esta a nossa motivação, é também esta a nossa missão!

Disse,

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, no âmbito do início deste debate gostaria apenas de referir que o sistema de incentivos ao investimento COMPETIR+ constitui um dos pilares fundamentais da nossa estratégia de desenvolvimento.

Importa referir que o investimento privado que a Região tem e que é apoiada no âmbito dos fundos públicos não é apenas no âmbito do COMPETIR+, tendo em conta que os investimentos na área da agricultura e os investimentos na área das pescas estão no âmbito de outros sistemas de incentivos, portanto,

concentrando-nos apenas naqueles que o FEDER apoia, nós temos efetivamente neste período um investimento superior de candidaturas aprovadas superior a 500 milhões de euros, exatamente à data de ontem 504 milhões de euros de volume de investimentos candidatado, o que representa 1159 projetos de investimento e que, sendo todos executados, se propõe criar 2623 postos de trabalho.

Esta realidade penso que demonstra a confiança na economia dos Açores por parte dos empresários, das empresas e do seu futuro. Representa que os Açores são efetivamente uma Região atrativa, do ponto de vista do investimento e tem competitividade para atrair investimento, quer externo, quer investimento da própria Região.

A concretização destes investimentos agora apresentados e candidatados irá ter, sem dúvida no futuro, um impacto muito significativo de valor acrescentado bruto, do crescimento do pib e na criação de emprego.

Estes foram os resultados da grande aposta estratégica que o Governo apresentou, nós elegemos um incremento ao incentivo ao investimento privado como o pilar fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento, criando um sistema de incentivos, que nós repetimos e reafirmamos, que é o mais abrangente, intenso e generoso que existe e que é possível no contexto europeu.

Em termos desses mesmos investimentos gostaria de referir aquelas que são as suas principais características: fator fundamental, 80% destes projetos, do volume de investimento candidatado, destina-se ao subsistema fomento da base económica de exportação, que representa quatro quintos do total do investimento apresentado, o que dá bem nota da visão estratégica das empresas que investem nos Açores. Investem em setores com potencial de exportação, em bens e serviços transacionáveis e que conseqüentemente, permite produzir bens e serviços para um mercado que não está confinado à realidade geográfica do sítio onde é produzido. E isto é sem dúvida o fator essencial para que a Região

possa crescer, no ponto de vista de mercado, é apostar nos bens e serviços transacionáveis, é para aí que se dirige 80% do investimento privado apresentado.

Outro aspeto fundamental que nós, agora avaliando os sistemas de incentivos, é que os mesmos não são apenas intenções de investimento, 91% destas candidaturas apresentadas já foram analisadas, estão em execução ou foram já concluídas.

A taxa de realização efetiva é de 45% do investimento, ou seja, é da mais elevadas do país e nós temos aqui um enorme potencial no horizonte temporal até à plena execução destas candidaturas (que é até ao final de 2023) para ter aqui um padrão de grande crescimento do investimento privado.

Outra aspeto que nós consideramos essencial é o impacto que terá, para além dos indicadores do vab, do pib e do emprego, estes mesmos sistemas de incentivos.

Primeira nota, o contributo essencial para o crescimento do setor da construção civil, 40% dos investimentos aprovados correspondem a investimentos no âmbito do setor da construção civil, ou seja, os sistemas de incentivos fomentam e vão fomentar investimentos no setor da construção civil superiores a 200 milhões de euros o que permitirá alavancar e contribuir para o crescimento desse setor.

Outro aspeto, uma aposta importante na indústria, no âmbito destes sistemas de incentivos, 200 projetos de investimentos, ou seja, 92 milhões de euros dos projetos de investimentos apresentados destinam-se ao setor industrial, o que quer dizer que em termos de impacto na nossa economia, em termos de valor acrescentado bruto e em termos de produto interno bruto, o setor industrial terá também um reforço nos próximos anos.

Terceiro aspeto essencial, uma aposta que as empresas açorianas começam a fazer na inovação dos produtos e dos bens e serviços das empresas. Há aqui

também uma componente muito importante de investimento que visa a inovação das empresas e dos seus bens e serviços.

Quarto aspeto essencial, a importância que este sistema de incentivos trouxe para a competitividade das nossas exportações, nomeadamente, no âmbito do subsistema de apoio à internacionalização com apoios que são de 90% aos transportes, dentro das regras mínimas da União Europeia e que já tem candidaturas apresentadas no valor de 21 milhões de euros.

Um quinto sinal fundamental é o rejuvenescimento das nossas empresas e dos nossos empresários, tendo em conta que existe um forte investimento por parte dos jovens, conjunto de candidaturas por parte dos jovens, que os nossos jovens já apresentaram candidaturas de investimentos no âmbito de 30 milhões de euros e que irão beneficiar com participações até 75%.

Por fim, o último aspeto essencial é o grande incremento daquilo que é o investimento externo, ou seja, daquilo que é a captação de investimento fora da Região, tendo em conta que já estão apresentadas nesse âmbito candidaturas em valor superior a 80 milhões de euros de investimento.

Eu penso que a conjugação destes fatores faz com que possamos ter aqui um contributo muito importante e muito relevante para o crescimento da nossa economia, para a valorização da nossa estrutura produtiva, para a criação de emprego.

E se dúvidas houvessem, estes dados demonstram que quando foi organizado este quadro comunitário de apoio e a nossa estratégia em 2014-2020, elegemos sem dúvida o investimento privado como a principal prioridade da nossa economia. Então na altura, porque efetivamente estávamos num período de recessão e precisávamos alavancar a economia e consequentemente ter condições para atrair em momentos difíceis mais empresas para a Região, hoje, porque efetivamente da mesma resulta, sem dúvida, que os Açores são do ponto

de vista do investimento privado uma Região extremamente atrativa que gera confiança e que tem um elevado potencial de crescimento.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra para iniciarmos agora o debate o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O presente debate de urgência, que indicia uma clara encomenda do Governo ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ...

Deputado Francisco César (*PS*): Olhe que não!

O Orador: ... usando-o como se de um instrumento acrítico se tratasse, de urgente apenas tem a vontade e a necessidade do Governo de repetir, também neste Parlamento, o discurso sobre investimento privado e sobre o aparente sucesso nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Não é a primeira vez que este modelo de propaganda governativa acontece nesta Casa e por iniciativa Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Não nos surpreende já o artifício.

Alternativamente a questionar o governo sobre problemas e insucessos dos resultados de muitas políticas públicas que penalizam os açorianos incentivando a sua melhoria, quer na saúde, quer nas áreas sociais, quer na educação, o grupo parlamentar do Partido Socialista opta apenas por elogiar o Governo, constituindo-se, para o efeito, como a sua extensão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Já tinha isso escrito antes da minha intervenção!

O Orador: Tem certamente legitimidade para o fazer, mas duvidamos que os milhares de açorianos que sofrem do insucesso de muitas políticas públicas acreditem e valorizem este teatrinho de encomenda que é, na verdade, um péssimo serviço à democracia.

Mas é com todo o interesse que o PSD/Açores debate este tema e aproveita para questionar o Governo.

Sempre valorizamos o investimento privado como motor essencial para o crescimento e desenvolvimento económico.

Deputado José Ávila (PS): Está a fazer um frete!

O Orador: Sempre defendemos que os Fundos Comunitários estavam e, ainda estão, demasiado afetos a investimento público e há que alterar este paradigma. Sempre defendemos que mais iniciativa privada traz mais equilíbrio no que é o excessivo peso da Administração Regional na vida das famílias e das empresas, contribuindo para uma melhor democracia e para uma verdadeira “Autonomia dos Cidadãos”.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é o que os senhores querem!

O Orador: As empresas têm de ser o motor de criação de riqueza e emprego nos Açores.

Existe uma garantia: temos bons empresários e boas empresas nos Açores.

Deputado Francisco César (PS): E um bom Governo!

O Orador: Os fundos comunitários e o investimento privado são essenciais ao emprego.

Não há crescimento económico nem criação de emprego sem investimento.

No entanto o atual Governo Regional tem canalizado a maior parte dos recursos financeiros europeus disponíveis para as entidades públicas ou ligadas à área pública.

O que defende o PSD/Açores, é que as políticas públicas devem contribuir para dinamizar e fortalecer o tecido empresarial privado, tornando-o mais competitivo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O tecido empresarial precisa de orientar-se para a produção de bens transacionáveis para assegurar a criação sustentada de emprego.

Deputado Francisco César (PS): O senhor devia ler o COMPETIR+!

O Orador: Mas não bastam os fundos europeus, essenciais na fase de decisão dos investimentos e na melhoria da sua estrutura financeira.

É fundamental também, e porventura ainda mais importante, que os custos de contexto sejam também propícios e favoráveis às empresas.

Nestes, destacamos, como exemplos com possibilidades de melhorias, os transportes marítimos de mercadorias, as acessibilidades aéreas dentro e fora da Região, os custos energéticos ou a simplificação administrativa dos processos de licenciamento.

Deputado André Rodrigues (PS): Que o senhor queria mais tarde, ao contrário do que disse!

O Orador: É fundamental que a qualificação profissional seja adequada às necessidades do mercado e que os apoios públicos à formação sejam eficazes e consequentes.

Os empresários não podem esperar meses por aprovações de licenciamentos em muitos departamentos da administração regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas reconhecemos que existem exceções e, sem complexos, mencionamos o caso do bom funcionamento da DRAIC, que tem merecido o reconhecimento generalizado dos empresários, mas que constitui um caso quase isolado.

Deputado João Paulo Avila (PS): Quais empresários?

Deputado José Contente (PS): Está a ser sectário!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para avaliar com rigor o investimento privado e o seu percurso nos últimos anos, para além de meros anúncios, que informação temos?

A informação disponibilizada pelo SREA relativamente ao principal indicador nesta matéria – a Formação Bruta de Capital Fixo – termina em 2016.

Deputado Carlos Silva (PS): 2017!

O Orador: E os valores não são animadores: são mesmo preocupantes. Em 2016 esse valor era de 541 milhões de euros, ou seja, cerca de 50% do que era no início do século.

Mas para além deste indicador, nunca mencionado, o Governo recorre aos projetos aprovados ao abrigo do PO 2020 (Competir +).

Sendo aquela informação importante e relevante, é bom que se reconheça que, ainda assim, é redutora de uma avaliação completa do investimento privado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Deixa de fora muitas áreas de investimento, como a construção de habitação, entre outras.

No sítio da Direção Regional dos Fundos Estruturais consta a informação sobre as candidaturas aprovadas, por cada um dos eixos definidos no PO 2020, documento em PDF de difícil análise.

Deputado André Rodrigues (PS): Difícil! É sempre difícil ler os documentos!

O Orador: Felizmente que, a nível nacional, a mesma informação é disponibilizada em ficheiro Excel, constituindo esta uma boa ferramenta de análise.

Em termos do investimento privado importa analisar sobretudo os Eixos I e III, com a informação disponível até 31 de março.

No Eixo I – Investigação, Desenvolvimento, Investigação e Inovação, de um total de candidaturas aprovadas com investimento elegível de 18,6 milhões de

euros, apenas 12% correspondem a empresas privadas e da comparticipação de 15,7 milhões de euros, apenas 11% correspondem a empresas privadas.

Quanto ao Eixo 3 – Competitividade das Empresas Privadas, em candidaturas aprovadas, em despesas elegíveis estão inscritos 465 milhões de euros com uma comparticipação de fundos de 281 milhões de euros. Ora esses 281 milhões de euros, que é o esforço dos fundos europeus, corresponde duas vezes e meia mais a verba que foi disponibilizada em programas ocupacionais, ou seja, os programas ocupacionais representam 35% de todas as verbas que foram afetas ao COMPETIR+ .

Deputado João Paulo Avila (PS): Isso é prestar um mau serviço à democracia. Pelo amor de Deus!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isto incomoda, não é?

O Orador: Perante estes valores, temos que considerar várias situações de relevância substancial e para uma análise e avaliação séria: em 1º lugar das verbas afetas ao 2020 no Eixo 3, quais as verbas que foram geridas por empresas ou por entidades públicas que, desde logo, não constituem investimento privado.

Em 2ª lugar, temos que considerar os investimentos que não estão concretizados ou sequer iniciados e que nesta medida em nada contribuíram, até agora, para o suposto aumento do Investimento.

Em 3º lugar temos que avaliar a composição dos investimentos e a sua repartição pelos vários sectores.

Em 4º lugar é fundamental esclarecer o espaço temporal da sua realização, repartindo os valores globais pelo número de anos a que dizem respeito.

Esperamos que durante este debate o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esclareçam este Parlamento.

Mas terminamos esta primeira intervenção com uma questão essencial: Quais as fontes de informação que utilizaram na vossa análise?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Pós publicação de dados provisórios, em finais de novembro de 2018, foi divulgado o relatório da autoria do INE que reflete os dados definitivos relativos ao rendimento e condições de vida da população em 2018.

Ora, os dados definitivos, conhecidos no início do mês passado, confirmam os dados provisórios e por conseguinte, evidenciam a vulnerabilidade dos açorianos e açorianas à pobreza, assim como o agravamento das desigualdades sociais.

O que tem o relatório de rendimento e condições de vida do INE a ver com o investimento privado e sistema de incentivos para a competitividade empresarial COMPETIR+? Tudo.

Em 2014, aquando a apresentação do Decreto Legislativo Regional para instituir o COMPETIR+, o Sr. Vice-Presidente relevou a importância deste instrumento de apoio ao investimento privado para a criação de emprego e riqueza na Região.

Não duvidamos que se tenha criado riqueza na Região, sinal disso é o aumento do PIB durante os últimos quatro anos, o mesmo não podemos inferir sobre a justa distribuição dessa riqueza gerada e como tem contribuído para combater a pobreza e os seus efeitos.

Como é possível que, apesar da atribuição de incentivos financeiros públicos à iniciativa privada, o risco de pobreza na Região se encontre em 21,7%?

Como é possível que, apesar do adubamento por incentivos pecuniários a projetos privados de investimento, a mediana de rendimentos na Região se situe nos 7517,00€ por ano, menos 1829,00€ comparativamente ao continente?

Como é possível que as 100 maiores empresas da Região, na sua vasta maioria, registem aumentos nos seus lucros, mas simultaneamente os Açores é a Região do país onde as pessoas menos possibilidade têm em aceder a recursos materiais, o que se traduz no dobro da taxa de privação material, comparativamente à média nacional?

Antes da apresentação do atual COMPETIR+, os Açores em termos de coeficiente de Geni dos rendimentos monetários líquidos equivalentes, registava um valor de 34,8%. No ano em que o Sr. Vice-Presidente apresentou o COMPETIR+ esse coeficiente era de 33,8% e agora é de 37,9%.

Só podemos concluir que o COMPETIR+ não contribuiu em nada para reduzir a pobreza, apesar de ter ajudado a criar riqueza, uma riqueza que conforme os dados indicam foi ainda mais mal distribuída.

O COMPETIR+ recebeu o nosso voto favorável em 2014 sem contudo termos alertado para dois aspetos concorrentes para o reforço do investimento privado sem efeitos reprodutivos para a nossa economia.

Em primeiro lugar, alertámos para a necessidade de se fazer corresponder os apoios concedidos ao combate à precariedade e baixos salários.

Assumimos e continuamos a assumir o potencial alavancador deste sistema de incentivos para a estabilidade das carreiras, promoção e valorização dos salários praticados no setor privado, aspetos fulcrais para aumentar o consumo interno.

Só muito recentemente foram introduzidas contrapartidas para que as empresas apoiadas tivessem que garantir a contratualização, sem termo, de parte dos seus trabalhadores.

Deputado Francisco César (PS): Então isso é um elogio! Muito bem!

O Orador: Apesar desta evolução no sentido positivo, com vista a valorizar a mão de obra afeta ao setor privado, impõe-se um conjunto de questões para a aferir sobre a aplicabilidade e efeito destas alterações.

Os dados referentes aos novos projetos têm merecido atualizações na sua publicação?

Quantos projetos já foram aprovados desde a última alteração legislativa?

Já foi alterada a composição da comissão de acompanhamento?

Quantos contratos sem termo foram celebrados, no âmbito dos projetos apoiados, após a introdução das novas contrapartidas?

Estas são contrapartidas mínimas para evitar um sistema de apoio público à iniciativa privada sem a garantia desse investimento ter reflexo no combate à pobreza e desigualdade na distribuição da riqueza.

O tecido empresarial da Região ainda usufrui de um sistema de fornecimento de mão de obra, com ou sem qualificações especializadas, traduzido numa panóplia de programas de apoio à contratação e estágios profissionais.

Assim, na contabilidade dos apoios monetários às empresas, ao abrigo do COMPETIR+, há que considerar à volta de 73 milhões de euros com vista ao fornecimento de trabalhadores.

Uma empresa a quem tenha sido concedido um incentivo, ao abrigo do COMPETIR+, tem à sua mercê jovens qualificados prontos e disponíveis a realizar estágios, os quais poderão durar até dois anos – na vasta maioria das nossas ilhas –, recebe incentivos para os contratar a termo, durante no mínimo um ano e finalmente, recebe um apoio para os contratar sem termo e a tempo completo.

Um estágio profissional e um período experimental associado a um contrato sem termo não é mais do que suficiente para uma empresa decidir sobre a mais valia em contratar um trabalhador ou uma trabalhadora?

Porque se insiste em manter programas para contratar a termo, como são os casos do PIIE e do INTEGRA?

Em segundo lugar, e não menos importante, alertamos para a necessidade de se precaver a concessão de incentivos a investimentos em setores estratégicos concorrentes com serviços públicos, sem que esses investimentos tragam qualquer vantagem para a Região em termos, por exemplo, de inovação tecnológica.

Não se compreende pois, o porquê de se conceder um incentivo, já agora o maior investimento aprovado neste quadro comunitário, majorado e com respetivos benefícios fiscais ao abrigo do estatuto de projeto de interesse regional e no âmbito do COMPETIR+, a um grupo empresarial privado para participar em metade a construção de um novo hospital na Lagoa, quando o próprio Serviço Regional de Saúde vive uma situação de subfinanciamento crónico. Quais os efeitos reprodutivos desse investimento privado, apoiado por dinheiros públicos, a não ser para a carteira de alguns?

Este incentivo será complementado e majorado por convenções com o Serviço Regional de Saúde para garantir a clientela a este grupo empresarial?

E como este debate de urgência não serve unicamente para questionar e avaliar o COMPETIR+ e adquire um carácter mais genérico ao possibilitar a abordagem de todo o investimento privado, não podemos deixar de falar sobre a cada vez mais ex nova fábrica conserveira da ilha do Pico.

A COFACO é um exemplo de uma empresa que sempre usufruiu de incentivos financeiros públicos para sustentar a sua atividade na Região, sem deixar de fazer o que bem lhe apeteceu. O caso da COFACO contraria a política que supostamente orienta a concessão de incentivos a empresas, em vez de criar empregos, reduz empregos sem a garantia de se aproveitar da melhor forma os nossos recursos endógenos, neste caso o atum.

O Sr. Vice-Presidente anunciou em 2014 as virtudes do COMPETIR+ como um meio privilegiado para aumentar a qualidade do investimento, na competitividade, produtividade e capacidade exportadora.

O setor do turismo usufruiu deste sistema de incentivos, mas colocamos em causa se cumpre os desígnios do COMPETIR+.

Surgiram no mercado um conjunto de pacotes promocionais associados ao destino Açores, os quais aglomeram a viagem aérea, o alojamento e o aluguer de automóvel a preços extraordinários.

Como se explica que mesmo durante a época alta proliferem pacotes turísticos a preços extraordinários?

Deputado Francisco César (PS): Oh meu amigo, isso é turismo! Estamos a falar de mercado!

O Orador: A promoção do destino Açores nos Estados Unidos, Canadá, Espanha, Itália...

Deputado Francisco César (PS): Isso é economia privada. Não tem nada a ver com isso!

O Orador: ... Escandinávia, Reino Unido, França, Holanda, Suíça, Bélgica, Áustria e Rússia foi apoiada através da atribuição de sensivelmente 28 milhões e meio de euros à ATA. Interessa perceber como se concretizaram tais ações promocionais? Que efeitos tiveram na economia da Região? Com que repercussões no aumento das condições e qualidade de vida dos trabalhadores do setor e dos residentes no geral?

Atribuir incentivos a projetos de investimento de empresas não pode ser um fim em si mesmo, deve ser um meio para a obtenção de efeitos reprodutivos na economia da Região, caso contrário, até se poderá criar riqueza, sem que tal implique a sua justa distribuição.

Não foi decerto com o objetivo de reforçar a desigualdade na distribuição da riqueza que o COMPETIR+ foi criado e mereceu o parecer consensual das

centrais sindicais, associações patronais, federações das pescas e agrícola, municípios e o nosso voto favorável.

No entanto, os nossos alertas tinham fundamento, tanto é que se o COMPETIR+ foi vantajoso para alavancar a atividade das micro e pequenas e médias empresas, também é verdade que serviu para que se fizessem vários negócios rentistas concorrentes com serviços públicos e noutros casos premiou quem optou por contratar mão de obra facilmente descartável.

Urge proceder a uma reavaliação das prioridades associadas à atribuição de incentivos públicos, à iniciativa privada, sendo para tal, crucial não desconsiderar a necessidade de atender a uma mais justa distribuição da riqueza na Região, combater o clientelismo e a depredação dos serviços públicos.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A União Europeia disponibiliza à nossa Região fundos fundamentais para a competitividade das empresas açorianas e para a promoção do emprego, investindo nos trabalhadores, nos jovens e em todos aqueles que os procuram.

É neste contexto que o sistema de incentivos para a competitividade empresarial – COMPETIR+ – é o principal instrumento da política de incentivos ao investimento privado para o período de 2014-2020 na Região.

É importante lembrar, por isso, uma vez mais a importância do projeto político europeu e da sua relevância para o desenvolvimento económico e social dos Açores.

No entendimento do CDS, as empresas são o verdadeiro motor da economia e o investimento é fundamental para percorrer o caminho do crescimento

económico e da criação sustentável de emprego na Região. Defendemos por isso o apoio às empresas e a criação de estímulos ao investimento privado e à competitividade empresarial. Acreditamos que os incentivos ao aumento do investimento privado trazem criação de postos de trabalho, riqueza e melhores condições de vida para os açorianos.

Reconhecemos por isso o projeto europeu e o impacto positivo que o sistema de incentivos para a competitividade empresarial tem tido na economia dos Açores, enquanto instrumento de política de incentivos ao investimento privado.

Importa por isso saber neste debate em que medida é que os açorianos sentem nas suas vidas esses apoios e quais os resultados que conseguimos atingir ao nível da criação de emprego, no reforço da capacidade de exportação das empresas regionais, no estímulo ao tecido económico, na atração de investimento externo, na valorização dos recursos, na qualificação dos Açores como destino turístico, no fomento à inovação e no desenvolvimento e investigação científica.

Os resultados obtidos com a implementação do COMPETIR+ têm vindo a ser avançados publicamente pelo Governo Regional e que foram já hoje aqui novamente reafirmados, nomeadamente no que diz respeito aos montantes de investimento privado realizado no âmbito das candidaturas efetuadas aos seus diversos subsistemas, na ordem de 500 milhões de euros, mais concretamente 504 milhões de euros como disse o Sr. Vice-Presidente, são consideráveis e mesmo tendo em conta que esse valor se refere ao total acumulado num período de pouco mais de quatro anos, é preciso que saibamos em concreto quais os efeitos alcançados na dinamização da economia dos Açores.

Para o CDS, para que haja um debate sério que se impõe nesta matéria, é necessário que tenhamos acesso a todos os indicadores referentes à concretização dos objetivos estabelecidos.

Termino por isto esta primeira intervenção perguntando ao Governo Regional se está a cumprir com todas as regras de transparência e com a disponibilização de informação prevista e imprescindível para o devido escrutínio público e político dos resultados da implementação do programa COMPETIR+.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem agora a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria a minha intervenção por saudar o CDS e o Sr. Deputado Alonso Miguel pela forma construtiva como faz aqui a sua intervenção ...

(Aparte inaudível do Deputado Luís Maurício)

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício tem alguma coisa a acrescentar ou é só um aparte?

Deputado Luís Maurício (PSD): Só chamando a atenção para os mecanismos de segurança!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Está na profissão errada então.

Sr. Deputado Alonso Miguel, realçar a sua atitude construtiva, é óbvio que há sempre algo que é preciso aperfeiçoar e melhorar e nós reconhecemos, mas acho que o primeiro passo é reconhecer que o investimento privado, de facto tem atingido valores significativos e que o COMPETIR+ tem desempenhado um papel importante ...

Deputado Bruno Belo (PSD): A intervenção do Deputado Alonso Miguel foi construtiva, a intervenção do Deputado António Vasco Viveiros foi lógica!

O Orador: ... como instrumento de financiamento de apoio às empresas e de reforço da competitividade das empresas e isso é um fator que deve ser realçado e não pode ser menosprezado, como é feito aqui periodicamente pelo PSD.

Em relação àquilo que disse o Deputado António Vasco, ...

Deputado Catarina Chamacame Furtado (PSD): Foi mais do mesmo! Já ouvimos esse discurso noutros sítios!

O Orador: ... eu sinceramente esperava que acrescentasse mais qualquer coisa ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ele acrescentou!

O Orador: ... e que pelo menos tivesse a humildade de esperar para ver o que é que o PS ia dizer sem fazer acusações sem qualquer sentido.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: É que aquilo que vem aqui trazer foi não reconhecer aquilo que são factos e os factos é que o investimento privado atinge valores muito significativos e até é o próprio Dr. Mário Fortuna, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria que o reconhece e o diz publicamente e vou voltar a citar, o Mário Fortuna diz que a economia dos Açores está hoje diferente do que era há dez anos, está num processo sem retorno. Temos uma economia mais baseada em setores transacionáveis e menos em setores estritamente dependentes do orçamento público e do consumo interno. E portanto, é o próprio Mário Fortuna que desmente o que o sr. deputado diz.

Mas não há qualquer problema, vou tranquilizá-lo também porque não há aqui qualquer encomenda, esta iniciativa é do grupo parlamentar do Partido Socialista e visa debater de forma construtiva, conforme referi na minha intervenção, aquele que é um assunto importante para os açorianos, para as empresas que geram riqueza e criam emprego e para os açorianos que no fundo recebem aqueles que são os benefícios do crescimento da economia e de desenvolvimento da nossa Região.

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Deputado António Vasco já meteu isso em pratos limpos!

O Orador: Além disso, queria também dizer que se aquilo que o preocupa, sr. deputado, e se aquilo que o PSD tem de facto a acrescentar a este debate e a maior preocupação é que os dados que são divulgados estão em PDF e quer que seja em Excel, então conta com o nosso apoio para esse fator estruturante e nós não temos nada a opor em relação a isso. A informação que seja disponibilizada no formato que seja...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Há uma diferença! É que o PDF não é alterável!

O Orador: ... mais fácil de consultar e nada temos a opor em relação a isso, mas aquilo que nós trouxemos a debate foi investimento privado e a sua relação com o COMPETIR+ e o impacto que o COMPETIR+, que está em vigor desde 2015, tem apresentado e tem trazido para a economia regional.

Deputado Francisco Coelho (PS): Também pode vir em braille se V. Exas quiserem!

O Orador: Além disso, um outro fator que refere que tem a ver com os custos de contexto com a energia, é o próprio COMPETIR+ que tem majorações relativamente à promoção de eficiência energética e também no âmbito deste sistema apresenta alguns mecanismos que permitem reforçar a redução do consumo energético e contribuir para uma melhor competitividade.

E portanto, gostaria aqui nesta primeira fase, de realçar aqueles que são, na nossa ótica, os principais fatores de competitividade da economia açoriana.

Falamos desde já do sistema de incentivos ao investimento, com o exemplo claro do COMPETIR+, que é um bom fator de competitividade, mas além disso temos incentivos à contratação, foi aqui referido pelo Bloco de Esquerda, embora não seja diretamente relacionado com o debate, o INTEGRA, o ELP e outros incentivos à contratação sem termo e que também tem permitido criar emprego de forma sustentada.

Também, não menos relevante, o sistema fiscal que nós temos apresenta taxas mais baixas do que o resto do país e isso também é um fator competitivo.

O investimento que é realizado em ciência, tecnologia e no conhecimento, como são exemplos recentes o projeto Terceira Tech Island ou mesmo o NONAGON, são exemplos muito concretos da aposta que o Governo Regional tem feito em setores tecnológicos e que pouco a pouco tem vindo a trazer importantes contributos para a economia regional.

A estabilidade política é também um fator reconhecido pelos empresários como um fator competitivo relevante, sem esquecer a posição geoestratégica e até mesmo, que é muitas vezes menosprezado, o facto de termos finanças públicas equilibradas ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): As melhores de Portugal!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quiçá as melhores da Europa!

O Orador: ... é também um importante fator de competitividade e tudo isso são fatores que compravam e sustentam a competitividade da nossa economia sem esquecer, como é óbvio, que é sempre possível fazer mais e é por esta razão que nós trouxemos o assunto a debate, para que as sras. e os srs. deputados apresentem contributos relevantes porque é isso que interessa ao Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para aqui clarificar, particularmente em relação à intervenção do sr. deputado do Bloco de Esquerda o seguinte, não podemos fazer de maneira nenhuma a confusão entre sistema de incentivos COMPETIR+ e programa operacional Açores 2020, são duas coisas completamente distintas.

Primeira questão, o sistema de incentivos COMPETIR+ é uma legislação regional, é o apoio às empresas no âmbito de sistemas de incentivos, é despesa pública da região, que pode depois ser participado no âmbito do programa ocupacional de fundos comunitários, mas enquanto essa legislação tiver aprovada nesta Assembleia, o financiamento para os sistemas de incentivos é financiamento regional inscrito no orçamento da Região, portanto não tem a ver com o programa operacional Açores 2020, chamados fundos comunitários, que é a afetação de fundos comunitários a beneficiários finais, onde para o efeito a Região é beneficiária final no âmbito de sistemas de incentivos que comparticipa. Portanto, comparar dados de PO, indicadores do PO e pensar que os sistemas de incentivos são financiados diretamente pelo PO, não está correto. Os sistemas de incentivos são financiados pela Região e a Região é que se financia nos fundos comunitários para o efeito, portanto essa é uma questão essencial desta análise. O que estamos aqui a abordar é sistema de incentivos COMPETIR+, execução do decreto legislativo regional que é subdividido num conjunto de decretos regulamentares regionais no âmbito dos subsistemas e que são todos eles financiados com financiamento do orçamento da Região, por sua vez depois vai se obter esse vencimento junto do PO dos fundos comunitários, mas não é direto, por isso, nada tem a ver, por exemplo, com aquilo que tem a ver com o fundo social europeu, as matérias de apoios à contratação são no âmbito do fundo social europeu e do fundo regional de emprego.

Mas isso são duas questões distintas, o que importa aqui dizer é que primeiro, o sistema de incentivos ao investimento, os apoios às empresas vão muito para além do investimento. Efetivamente os apoios à contratação que referiu, os

apoios no âmbito dos diversos programas de apoio à contratação por parte das empresas são financiados por outros programas que não estão no âmbito do sistema de incentivos.

Portanto, não vamos confundir as coisas e confundir três planos completamente distintos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Mendes pediu a palavra para uma interpelação não foi, Sr. Deputado?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Só para questionar a Mesa, é uma pergunta retórica, mas acho que se impõe neste momento, até para esclarecimento do Sr. Vice-**Presidente:** Qual é o tema, o título, a designação do presente debate de urgência?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes o título e que consta da Agenda é: “Aumento do Investimento Privado e Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial COMPETIR+.”

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Exatamente, ou seja, estamos a tratar não só do sistema de incentivos COMPETIR+, mas também de todo o investimento privado realizado na Região, por isso não estou a ver o porquê de se condicionar este debate somente e exclusivamente àqueles que são os apoios atribuídos no âmbito do sistema de incentivos COMPETIR+.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade! Foi um mal entendido!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está feito o esclarecimento.

Para continuarmos o debate tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva já tinha o discurso feito ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Estava escrito à mão!

O Orador: ... da boa e má moeda, da boa e má oposição, portanto já estava à espera, mas se estivesse com atenção são poucas as críticas que constam aqui desta intervenção para além do enquadramento político, mas essa é legítima, quanto à matéria em si, praticamente estão ausentes quaisquer críticas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Falaram foi dos programas ocupacionais!

O Orador: Agora, o que há é a preocupação de que esta análise seja uma análise mais profunda e mais concreta e que não se resuma a chaves ou a chavões, ou a milhões fora de contexto. E portanto, a análise que foi feita, e é verdade, uma folha de Excel ajuda, ajuda quando se tem a informação toda, a que se consiga separar e a olhar para objetivos e para concretizações em momentos diferentes. Relativamente àquilo que é essencial no COMPETIR+, o Eixo 3 e no Eixo 1. O Eixo 1 já falámos, aquilo que é a participação em termos de investigação de empresas privadas foi muito baixa, foi residual; no Eixo 3, o grosso do investimento é dirigido a empresas privadas, mas ainda assim, no Eixo 3, há aqui uma questão essencial que é, dos 281 milhões de euros (e estou a falar com os dados de 31 de março de 2019) de fundos afetos ou de financiamento afeto, ou seja, aquilo que não foi o esforço das empresas, há cerca de 102 milhões de euros – estamos a falar de 22% – que são afetos a entidades públicas e posso citar: o SDEA com 6 milhões de euros, a Vice-Presidência com 2 milhões de euros, a Azorina com 1 milhão de euros, a ATA com 28 milhões de euros, a Secretaria de Agricultura e Pescas com 4 milhões de euros, e portanto há aqui um montante a subtrair desses 261 milhões de euros

que não são investimento privado e não estou a dizer que é mau investimento, mas não é investimento privado, é uma questão de concretizar os dados que estão aqui.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: E o mesmo se passa relativamente aos investimentos ilegíveis que nessa medida deviam ser subtraídos 109 milhões de euros.

Do montante que fica, e portanto que se dirige ao setor privado, só o setor do turismo, desse remanescente, representa 51%, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

Deputado Francisco César (PS): Ah! Afinal os senhores ainda vão presenciar crescimento!

Deputado André Bradford (PS): A isso se chama alquimia política!

O Orador: ... ou seja, o setor do turismo, retirando aquilo que são os investimentos que foram feitos em áreas públicas do Eixo 3, representa 51%, ou seja, se não fossem as alterações das obrigações do serviço público e se não fosse o aumento do turismo, exatamente a partir da entrada em vigor destas verbas do COMPETIR+ ...

Deputado André Rodrigues (PS): Isso é o que se chama alquimia política!

O Orador: ... é evidente que a expectativa é que uma parte dos investimentos foram feitos no turismo, sem a alavanca dos transportes públicos, não tinham acontecido e portanto não veio mal nenhum ao mundo reconhecer isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A segunda questão: tirando o turismo também há verbas para outros setores, Sr. Vice-Presidente já disse e tem toda a razão, só que há aqui uma questão essencial, é que há aqui investimentos de valores elevados que são candidaturas que estão aprovadas, que não tiveram início ainda e cujo prazo de término é a 31 de dezembro de 2019 e eu cito alguns, (isso é informação pública e deixa-nos preocupados) é o caso da exploração da água das

Lombadas, que nós não sabemos e não temos informação que se tenha iniciado esse investimento e o seu término devia ser até ao final de 2019 e é um investimento de 15 milhões de euros com um esforço de financiamento de 8 milhões de euros. Há aqui uma conserveira no Pico com um investimento de 6 milhões de euros que também deveria terminar em 2020 e não há notícia de qualquer concretização e portanto, neste conjunto de projetos e de candidaturas aprovadas era importante que se analisassem...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... muitos dos investimentos e que são candidaturas aprovadas e que na prática podem não se traduzir em qualquer benefício para a Região. Essa análise era importante e era importante que a Vice-Presidência, seguramente que o faz, mas que também divulgasse essa informação e aí estávamos todos a par da mesma informação.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto a outro aspeto, e já agora, como o investimento privado, não é só o COMPETIR+, todos nós estamos de acordo com isso, os dados disponíveis em termos de formação bruta de capital fixo terminam em 2019, o SDEA não tem dados, possivelmente o INE também não os forneceu e portanto, estamos a falar de um período em que o investimento privado é substancialmente mais baixo do que aquilo que era há 10, 15 e há 20 anos e esse é um dado que deve ser relevado, se não, não estamos a falar de investimento de uma forma séria quando se deixa uma área essencial de fora.

E se quiser na construção temos os dados também, o número de construções novas licenciadas, independentemente da sua tipologia, em 2018 foram 736, mas baixamos desde o início da década de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, estamos particamente com 60,70% daquilo que eram os licenciamentos e portanto, nós temos que olhar para o investimento privado no seu conjunto e não é correto que centrando só no COMPETIR+, que é positivo, aliás fiz um

elogio em relação ao funcionamento da DRAIC, não o faço relativamente a outras entidades que penalizam os empresários pela demora das suas decisões e aprovações e portanto, nós estamos aqui com toda a abertura para discutir o investimento privado e reconhecendo a sua importância. Agora, temos é que colocar reticências quando se faz disso demagogia, quando se atiram números, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quando não se faz o contexto desses números e sobretudo quando se falam em 500 milhões de euros e não se fala no espaço temporal que são quatro a cinco anos e portanto, uma coisa são 500 milhões de euros em cinco anos, outra coisa são 500 milhões de euros num ano e o impacto na economia é completamente diferente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E portanto, nós queremos olhar e analisar esses dados que são importantes, que são relevantes para todos – sempre defendemos isso –, mas com transparência e que a informação seja igual para quem está na oposição e para quem está no Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para referir que os dois exemplos que foram apresentados pelo Deputado António Vasco sobre o investimento no Pico e em São Miguel, representam 4% dos 504 milhões de euros, são bem relevadores

daquilo que são os problemas que o PSD deteta no COMPETIR+, mas era só para quantificar aquelas que são as preocupações.

Mas investimentos apresentados e aprovados, não cabe ao Governo executar os investimentos privados, sr. deputado, reconhecemos todos isso. Portanto, ao Governo cabe analisar, aprovar e acompanhar, não cabe executar, isso cabe às empresas privadas e eu penso que o PSD também não quer que o Governo passe a executar os investimentos das empresas.

E portanto, uma pergunta que eu aproveito aqui para realizar ao Sr. Vice-Presidente é, se as intenções de investimento que são apresentadas à SDEA e que não estejam concretizadas, se já estão abrangidas pelos 504 milhões de euros?

E se nos pode dar também alguns valores, daquelas que são as intenções ou os principais números sobre intenções de investimento externo, e não só, na nossa Região e por áreas? Quais é que são as principais características desses investimentos?

Deputado Bruno Belo (PSD): O Governo já disse isso!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Mais uma encomenda!

O Orador: Isso é uma pergunta que eu creio que seja importante e que também poderá contribuir para percebermos qual é que é a real dimensão do investimento privado previsto para a nossa Região.

E por fim, termino dizendo que fico satisfeito, Sr. Deputado António Vasco, porque finalmente o PSD reconhece as mais valias do COMPETIR+ e o impacto que ele tem no crescimento económico e isso é motivo de satisfação.

Quando é preciso criticar também critico, mas também quando é preciso reconhecer, também reconheço e não tenho qualquer problema.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu julgo que impõe-se recentrar um pouco o debate naquilo que era o objetivo porque na verdade, o que foi dito aqui até ao momento não corresponde aos objetivos com que o grupo parlamentar do PS anunciou este debate, nem às motivações que levaram ao agendamento deste debate.

O PS afirmou que o seu objetivo era permitir o debate do aumento do investimento privado na Região e debater como é que esse investimento se concretiza e em que setores e que é feito e aliás, foi esse o repto que já hoje o Sr. Deputado Carlos Silva lançou, só que nós neste momento queríamos analisar outras coisas, como o cumprimento dos objetivos em termos da criação de postos de trabalho, perspetivar o futuro, em como é que este programa pode ser melhorado ou não, ver que impactos e em que é a utilização deste programa pode melhorar o desemprego jovem que continua numa taxa de 23% e não é isto que, de facto, tem acontecido no âmbito deste debate e isto é lamentável.

Os dados novos que foram trazidos aqui hoje, não foram pelo grupo parlamentar do PS, aliás, tudo o que o grupo parlamentar do PS disse até agora já podia ter sido lido em qualquer notícia nos últimos seis meses. Os dados novos que são trazidos, são trazidos pelo Sr. Vice-Presidente e a verdade é que nós não temos acesso a esses dados e se não temos acesso a esses dados também não nos é possível preparar devidamente este debate e com certeza, como é óbvio, o Governo Regional tem apoiado e bem as nossas empresas, mas esse também é um dever do Governo Regional, aproveitando os fundos comunitários que existem para o efeito. Agora, o que nós queríamos era ter tido a oportunidade de fazer um debate sério e que se impõe nesta matéria (uma matéria desta relevância), mas para isso tínhamos que ter acesso aos dados a que o Governo Regional está obrigado a disponibilizar publicamente.

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: Já lá chego.

Como é que é possível que nós possamos analisar este sistema detalhadamente, se em grande parte é um sistema de apoios que conta como comparticipação financeira e numa altura em que a abstenção, em relação às eleições europeias, foi de 81% é preciso que este debate corra bem e é preciso que este debate, de facto leve aos açorianos informação, que neste momento eles não têm. O Sr. Vice-Presidente dizia que estão disponibilizados. Bom, eu não encontro os relatórios a que alude o diploma do COMPETIR+, não os encontro, simplesmente, procurei no Portal do Governo que é onde eles deveriam estar disponibilizados e não os encontro. Se eles lá estão e eu não os encontro, eu imagino como é que um açoriano que não está habituado a esse tipo de pesquisas, os encontra.

Vamos lá ver uma coisa ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Repete, repete!

O Orador: ... o diploma que cria o COMPETIR+, no seu artigo 21.º que se refere à informação pública ... posso continuar? Diz o seguinte: o Governo Regional disponibilizará anualmente até ao dia 31 de março, nomeadamente através da divulgação eletrónica no Portal do Governo Regional, um relatório de todos os incentivos atribuídos ao abrigo do presente diploma, no ano anterior onde constará obrigatoriamente a identificação sumária da entidade ou entidades beneficiárias, descrição da atividade dos seus objetivos, concelhos onde será desenvolvido o projeto, número de postos de trabalho a criar e as respetivas categorias profissionais, valor total dos incentivos reembolsáveis e não reembolsáveis, prazo de conclusão e por aí fora e estes relatórios, que deveriam ser concluídos até final de março em relação ao ano anterior ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Esta alteração?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já estamos em junho!

O Orador: Independentemente disso, em relação aos anos anteriores essa informação devia estar disponibilizada e não está. E por não estar, nós não podemos simplesmente chegar aqui e vir contrariar, os dados que temos são dados públicos, são dados que não são desagregados. Nós não temos capacidade de analisá-los com análise no detalhe fino e portanto, a pergunta é, onde que estão os relatórios a que alude este artigo do DLR que cria o COMPETIR+ e que deviam estar disponibilizados publicamente no Portal do Governo e não estão?

E como lhe digo, se eles existem, Sr. Vice-Presidente, eu não os encontro. Se eu não os encontro, possivelmente os açorianos também não encontrarão e não conseguirão exercer o seu escrutínio público que lhes é devido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só mais uma vez para esclarecer o Sr. Deputado Carlos Silva, em matéria de projetos não executados é evidente que nós não podemos de 1200 projetos ter aqui a informação do que é que está e do que é que não está, é impossível. Simplesmente, tirei uma listagem dos 10 projetos mais relevantes economicamente, dos quais há três que nós não temos a informação que tenham sido iniciados. Foram aqueles que citei e há mais um que desconheço e que também são seis milhões de euros e que totalizam, nesse conjunto de dez projetos, 20 milhões de euros de esforço de financiamento e 34 de investimento e portanto, coloquei a questão, o Sr. Vice-Presidente podia ter isso presente, podia ter alguma informação, não é obrigatório que o tivesse, mas coloquei a questão.

Quanto à formação bruta de capital fixo eu reafirmo aquilo que disse, nós estamos com valores muito mais baixos do que tínhamos há 10, 11 anos e isso é relevante e portanto, é uma matéria que tem que ser analisada em conjunto com aquilo que é a execução do COMPETIR+ porque só assim se traduz a verdade do investimento na economia...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e essa matéria não é para ser desprezada, qualquer análise profunda tem que ter isto em conta. Tal qual como disse da construção e dos licenciamentos, tudo isso é relevante.

Quanto ao clima económico há aqui um dado que não é propriamente para o debate, mas como o Sr. Deputado Carlos Silva já falou, temos que ter em conta e alguma atenção àquilo que a evolução do índice de atividade económica no primeiro trimestre de 2019, que é a mais baixa desde 2014, pode ser que se inverta, mas o primeiro trimestre tem essa característica, pode ser pontual e oxalá que o seja.

Mas a última questão que tinha para o Sr. Vice-Presidente era a seguinte: em termos daquilo que é a execução dos fundos comunitários o que é que pode transmitir aos empresários daquilo que ainda são as disponibilidades de financiamento? Há margem para novos investimentos? Há margem para novos projetos?

Aquilo são as disponibilidades do que está não executado, permitem uma palavra de esperança aos empresários para apresentarem novos projetos ou faz sentido que esperem pelo novo quadro comunitário? É esta a pergunta que deixo.

Deputado André Rodrigues (PS): O senhor disse que não avançava nada, que o investimento estava parado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra agora ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, em relação à taxa de execução e eu referi na minha intervenção inicial que a taxa de realização entre os projetos aprovados, no âmbito dos sistemas de incentivos, estava nos 45%, ou seja 45% das candidaturas aprovadas estão executadas, é esse o dado até este momento. O horizonte temporal de execução de candidaturas é até ao final de 2023, ou seja, as candidaturas aprovadas podem ter execução financeira até ao final de 2023.

Segundo aspeto relevante, em termos de o que conta para efeito de candidaturas apresentadas é o sistema de incentivos com decreto legislativo regional, ou seja, enquanto o decreto legislativo regional estiver em vigor, nós optamos nos Açores por um sistema aberto, no âmbito de sistema de incentivos. Porque eu volto à questão essencial que às vezes gera confusão em muitas pessoas, as empresas, no âmbito do investimento, não se candidatam a fundos comunitários, candidatam-se a apoio do Orçamento da Região, através do decreto legislativo regional que criou o sistema de incentivos e os decretos regulamentares regionais, agora o que é válido não é uma gestão de fundos comunitários para o apoio ao sistema de incentivos, o que é válido é o decreto legislativo regional e os decretos regulamentares regionais e enquanto eles estiverem em vigor e em últimas palavras, a Assembleia decidir que estão em vigor são válidas as candidaturas apresentadas até tal. Portanto, o sistema está em aberto e isso demonstra a segunda parte da questão, que é, o financiamento comunitário como nos sistemas anteriores, é uma das componentes do financiamento porque, em última linha, o financiamento é financiamento do Orçamento da Região, ou por outra, o financiamento da Região é que é financiado por fundos comunitários.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É melhor o senhor trocar isso por miúdos!

O Orador: Eu não estou aqui a falar só para o Sr. Deputado António Vasco, ou seja, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eles entendem-se!

O Orador: ...a legislação que cria o sistema de incentivos é legislação regional não comunitária, o que financia sistemas de incentivos é o orçamento da Região, não fundos comunitários, é essa a questão. Depois, a Região é que se vai financiar do esforço financeiro que faz até ao limite dos financiamentos das dotações, como em todos os quadros, sendo que, é sempre responsabilidade da Região obter o financiamento comunitário dentro das regras comunitárias porque podia haver perfeitamente outros enquadramentos para o sistema de incentivos regionais e respondendo à sua pergunta, o que está em causa é o sistema de incentivos.

Eu demorei aqui mais um pouco para poder responder à sua pergunta em relação ao relatório das empresas apoiadas, que está no portal da DRAIC, dentro do Portal do Governo. Está lá disponibilizado nos termos do que está na legislação, portanto, é essa a questão.

Mas, só uma última abordagem para concluir essa situação: evidentemente que o apoio às empresas não tem apenas a ver com sistemas de incentivos ao investimento, o apoio às empresas está também a incluir tudo aquilo que são políticas ativas de apoio ao emprego que não estão englobadas nesta medida, ou seja, o apoio às empresas não se mede apenas pelo apoio ao investimento, também tem o apoio à criação de emprego por parte das empresas que por sua vez vão obter financiamento no fundo social europeu, também vai ao PO, mas que não está no âmbito deste sistema de incentivos.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente eu ouvi a sua explicação e compreendo, está no orçamento, está no plano, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é isso!

O Orador: ... são as verbas que estão no orçamento daquilo que é a componente de transferências do orçamento...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Enquanto o decreto estiver aprovado está sempre em aberto!

O Orador: ...tudo bem, mas são as verbas que no orçamento da Região, em termos de receita, são as transferências do orçamento da Região que depois são afetadas, o dinheiro não tem cor. Daí estamos todos de acordo.

Agora, a questão é essa: nós sabemos que a componente do financiamento europeu no orçamento da Região é relevante e portanto, não é ilimitado, como também não são ilimitadas as verbas que o orçamento da Região pode afetar ao COMPETIR+ e portanto, daquilo que é a sua informação, daquilo que é a execução até agora e estamos a um ano e meio do fim do quadro comunitário, qual é a mensagem que pode passar aos empresários? Temos folga para grandes investimentos ainda? Não me parecem os seus projetos porque também tem custos, planeiem para o próximo quadro comunitário.

Esta é que é a questão que pode ter informação ou que não pode ter informação, depende de um conjunto de variáveis que se calhar não as tem neste momento, mas partindo do pressuposto que todas as candidaturas eram executadas, exatamente nos valores em que foram aprovadas, qual seria o panorama para o próximo ano e meio?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu respondendo com toda a objetividade à questão, voltando a referir o essencial, o que decide até quando existe o sistema de incentivos é o decreto legislativo regional que está em vigor.

Deputado Marco Costa (PSD): Isso a gente já percebeu!

O Orador: O decreto legislativo regional define este sistema de incentivos até ao final do próximo ano portanto, cabe à Assembleia alterá-lo.

Mas eu vou diretamente à sua resposta, face à taxa atual de execução, ao facto de a execução ser até ao final de 2023 e face àquilo que são as perspetivas e investimentos já entrado, já analisado e aquele que vem a entrar porque há sempre uma diferença entre o valor da candidatura e o valor efetivamente a executar das próprias candidaturas. Isso depende de várias questões: há despesas que as empresas consideram ilegíveis e que a DRAIC e os sistemas não consideram, há valores que estão incluídos que são acima dos valores que devem constar dos padrões e portanto, em termos práticos, o sistema de incentivos estará em vigor até 31 de dezembro de 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas não há dinheiro!

O Orador: O sistema de incentivos tem dinheiro e tem a disponibilidade para o fazer ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas que dinheiro é que o senhor tem?

O Orador: ... e portanto, não há sobre isso qualquer dúvida sobre esta matéria, o sistema de incentivos estará em vigor até 31 de dezembro de 2020 portanto, não vejo sobre essa matéria qualquer dúvida.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço que ocupem os vossos lugares para retomarmos o debate.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Presidente: A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, de facto o Sr. Vice-Presidente está a adivinhar, tem bons dotes. De facto com a ajuda preciosa do Sr. Secretário Regional Berto Messias – que muito agradeço desde já –, já encontrei os relatórios referentes ao COMPETIR+. Mas, deixe-me que lhe diga uma coisa, sabe qual é que é o resultado que se obtém quando se pesquisa no Portal do Governo pelas palavras COMPETIR+? “Não foram encontrados resultados para a sua pesquisa”, é este o resultado.

Deputado Francisco César (PS): Faça no google!

O Orador: Não foram encontrados resultados para a sua pesquisa! Isto não é sequer admissível!

Aproveito por isso, o tempo que me resta para de uma forma muito pedagógica explicar aos açorianos como é que conseguem aceder a estes documentos: primeiro lugar, site do Governo – azoresgov.pt; segundo, separador do Governo Regional; terceiro, clicar em Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial; quarto, clicar em Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade; quinto, clicar no link: incentivos ao

investimento; sexto, percorrer a página toda até ao fim e aí estão os links, chamados candidaturas aprovadas para o âmbito que lhes interessar.

Portanto, como se vê é tão intuitivo quanto isso e tão intuitivo que até o próprio Governo Regional teve que fazer um compasso de espera.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É o esconder+!

O Orador: E por isto, sras. srs. deputados, este programa não se chama Procurar+, este programa chama-se COMPETIR+ e nem toda a gente pode contar com a estimosa colaboração de um membro do Governo para fazer as suas procuras e as suas buscas e para exercer o escrutínio público e político ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sempre disponível!

O Orador: ... e se nós queremos de facto aproximar os açorianos à atividade política temos que começar por fomentar o acesso à informação. É inadmissível procurar pelas palavras-chaves COMPETIR+, que é o nome do programa, e os resultados serem zero, isto não é fácil, não é possível e portanto, no entender do CDS, este não é o caminho, não é esta a forma como se estimula a participação cívica, a participação cidadã, não vale a pena criar portais da transparência e da participação cidadã e se nós queremos de facto que seja possível escrutinar publicamente a ação dos nossos órgãos de governo próprio temos que começar por aí, exatamente por fomentar o acesso à informação e desta forma é que é o caminho.

Isto é o entender do CDS, deverá ser simplificado todo este processo e não ser quase necessário tirar um curso para encontrar um relatório.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve, já muito foi dito no âmbito deste debate de urgência que o Partido Socialista provocou nesta Assembleia, que cumpre integralmente o seu objetivo, um debate efetivo, uma discussão séria – pelo menos da nossa parte – sobre o investimento privado que está em desenvolvimento nos Açores, que os açorianos pretendem concretizar nas mais diversas ilhas recorrendo aos sistemas de incentivos da Região e de mais apoios criados e implementados pelo Governo Regional dos Açores e que tem efetivamente estimulado o investimento privado na Região.

Para além dos números e a contabilização dos montantes envolvidos, já foram aqui falados, para além dos grandes investimentos que têm vindo a ser implementados em todas as ilhas, em diversas áreas, gostaria aqui de realçar e reforçar a importância que o COMPETIR+ tem ao nível do investimento privado quando se está a falar de projetos mais pequenos, projetos que têm permitido e que continuarão a permitir a criação de emprego. A criação do próprio emprego tem também permitido que para pessoas que, infelizmente, tenham ficado desempregadas, por exemplo, ou que queiram melhorar a sua qualidade de vida, as suas condições de trabalho ou que pretendam simplesmente concretizar os seus sonhos, os seus projetos, criando também postos de trabalho, permitindo que as empresas cresçam, que se desenvolvam, vão criando novos postos de trabalho, dinamizando a economia à sua escala, em especial nas ilhas de menor dimensão, nas ilhas mais pequenas da nossa Região. Para estes casos é fundamental, como é óbvio – também sou de uma ilha pequena e tenho bastante presente essa realidade – o recurso a estes sistemas de incentivos, como é o caso do COMPETIR+, mas também ao nível de outros sistemas de incentivos ou de outros programas, como é o caso do Empreende

Jovem que tem permitido criar postos de trabalho e dinamizar as nossas mais frágeis economias.

Muitos desses investimentos são dirigidos para o setor do turismo, é uma realidade, nas mais variadas áreas, realçar aqui a criação de emprego ao nível das empresas de animação turística, ao nível das empresas marítimo turísticas e tem permitido também qualificar a nossa oferta turística em todas as ilhas, mas também dinamizando a economia em outras áreas de atividade, como por exemplo no ramo alimentar, no comércio, na indústria, algumas áreas ao nível da educação e também na prestação de serviços diversos, que também tem tentado colmatar e tem conseguido colmatar algumas lacunas existentes em algumas ilhas e permitindo assim uma melhor qualidade dos açorianos.

Aqui também reforçar, que sendo o objetivo principal do COMPETIR+ o apoio às empresas, é importante que o mesmo se reflita também no rendimento dos trabalhadores do setor e este tem sido uma questão e um aspeto que nós temos focado ao longo do tempo.

É, pois também, desta forma que o grupo parlamentar do Partido Socialista vê e avalia o sucesso do nosso sistema de incentivos COMPETIR+ ao nível da sua implementação, ao nível da criação de emprego em todas as ilhas, que tem permitido a diversificação dos serviços prestados aos açorianos e a todos aqueles que nos visitam, estimulando a nossa economia local, permitindo uma melhor qualidade de vida nos Açores, aos açorianos e a todos aqueles que escolheram os Açores para viver.

Iremos por isso continuar com a implementação desta política de apoio às empresas ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Quem é que vai continuar? O Governo ou o PS?

O Orador: ... na criação de emprego porque consideramos que este é o caminho certo para dinamização do estímulo e dinamização da nossa economia,

do nosso tecido económico e que tem permitido crescer em termos de desenvolvimento económico, um desenvolvimento económico e sustentável que queremos cada vez mais para os nossos Açores.

Obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente duas questões, uma em relação à pergunta anteriormente colocada pelo Sr. Deputado Carlos Silva, em relação à repartição pelos subsistemas de incentivos dos investimentos e que também define um pouco a lógica daquilo que tem sido as prioridades de investimento dos nossos empresários.

Oitenta por cento, ou seja, cerca de 400 milhões de euros dos sistemas de incentivos têm sido procurados no âmbito do subsistema fomento básico económico de exportação, ou seja, quarto quintos do investimento público visam a criação de investimento na área dos bens e serviços transacionáveis e isso é um aspeto essencial na nossa economia, tendo em conta que somos uma realidade de ilha o fomento da base económica de exportação é a principal alavanca do nosso crescimento económico. Evidentemente que para que isso aconteça é necessário que as empresas invistam para além do seu próprio mercado, da sua realidade de satisfação das necessidades do mercado local e

isso faz com que estes oitenta por cento sejam indicadores que não é só a quantidade do investimento, mas particularmente a qualidade do investimento.

Segundo aspeto importante, 45,7 milhões de euros de investimento privado está no âmbito do desenvolvimento local. Aquilo que a Sra. Deputada Bárbara Chaves aqui referiu, projetos pequenos, de pequena dimensão, mas que satisfazem as necessidades locais e que criam também o apoio complementar às empresas que se desenvolvem para o mercado local.

Em terceiro lugar, aquilo que nós consideramos muito importante, o empreendedorismo qualificado e criativo, o antigo Empreende Jovem que se destina a jovens empresários, no desenvolvimento e na criação das suas empresas que tem investimento privado candidatado de 30,8 milhões de euros.

E o quarto aspeto – eixo fundamental – 21 milhões de euros no âmbito dos apoios à internacionalização, ou seja, essencialmente o apoio aos transportes e à colocação dos nossos produtos fora da Região, dos nossos mercados portadores, que numa primeira fase por imposições da comissão europeia, o transporte era apenas limitado até ao país, ou seja, até Lisboa ou Porto, o porto disponível e que a partir daí não tinha apoio, mas que por uma alteração de uma regulamentação comunitária que também implicou a alteração desse subsistema, hoje esse apoio é até ao destino do produto, dentro dos limites da regra de mínimos que define o limite máximo de apoios por empresa.

Uma segunda nota, para dizer ao Sr. Deputado Alonso Miguel que se clicar na primeira página do Portal do Governo, no “Espaço Empresas” tem essa informação, não precisa seguir esses campos todos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não me diga que foi fazer uma formação avançada no intervalo!

O Orador: Ou seja, basta ir logo na primeira página se carregar no link “Espaço Empresas” obtém essa informação, evidentemente como toda e qualquer matéria nessa área pode ser sempre ...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Posso sempre pesquisar, não é?

O Orador: ...melhorada, mas se clicar no “Espaço Empresas” vai diretamente a essa informação.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabem a minha formação é História e gosto de analisar as perspetivas do ponto de vista económico, do ponto de vista estrutural e uma análise de períodos médios e longos.

Os srs. como sabem estão há 23 anos no exercício do poder. Os srs. quando chegaram ao poder, em 1996, o sr. candidato na altura e depois Presidente do Governo Regional e atual líder parlamentar do Partido Socialista em Lisboa e Presidente Honorário do Partido Socialista ...

Deputado Luís Maurício (PSD): E futuro Presidente da Assembleia!

O Orador: ... prometeu que em poucos anos transformaria os Açores numa das Regiões mais ricas da Europa. Falhou, falhou redondamente! Prometeu que o Partido Socialista tornaria a Região muito menos dependente da administração regional, que existiria muito menos interferência da administração regional e do Governo Regional no âmbito da vida económica da Região – aumentou exponencialmente!

Hoje, a presença da Região e a amplitude da administração regional é muitíssimo superior àquela que herdou em 1996, a administração regional é hoje muito menos independente do partido governamental e das vossas estruturas políticas, ...

Deputado Francisco César (PS): Onde isso já vai!

O Orador: ... por isso o que temos hoje é uma economia que não é uma economia livre, é uma economia planificada, é uma economia de forte intervenção política, é uma economia de forte presença do Estado.

O que eu gostava de dizer é quando se olha para a nossa economia é que se encontra a administração regional e o governo regional em todos os sítios. Os nossos agentes económicos, privados, sabem que não podem falar muito e sabem sobretudo que não podem falar muito alto porque podem ser profundamente prejudicados. Todos aqueles que estão na oposição política sabem disso, é-nos segregado, os agentes privados, aqueles que têm que investir sabem que não podem, de forma nenhuma, incompatibilizar-se com o poder, têm que falar baixinho, têm que deixar de dizer muitas coisas que gostariam de dizer.

Portanto, vir aqui o Partido Socialista falar de iniciativa privada é algo que é um paradoxo absoluto porque a iniciativa privada é residual na nossa Região e é, do ponto de vista político, muito controlada.

Nós devemos ser a economia da Europa que mais próxima está do modelo das antigas economias da Europa de Leste, fortemente controlada do ponto de vista político e com uma presença enorme, do ponto de vista daqueles que são os instrumentos económicos do governo e da administração regional. Temos todos essa perceção. As minudências de que falava o Sr. Vice-Presidente, a diversificação da nossa economia, onde é que está a diversificação da nossa economia, ao longo destes últimos anos? O que nós temos é um crescimento do setor turístico que os srs. foram responsáveis por adiar, durante anos e anos, porque o crescimento do setor turístico estava relacionado com as acessibilidades e o fim do monopólio do espaço aéreo nos Açores que os srs. impediram ao longo de anos e anos. Há um crescimento de um setor, mas os srs. não têm nada a ver com esse crescimento, mais do que isso, os srs. impediram durante anos, muitos anos, que esse crescimento se tivesse efetuado

em tempo útil. Por isso, na minha perspetiva existe um crescimento que foi feito contra a vossa ação política e sabe muito bem V. Exa, Sr. Deputado Francisco César, que o sr. defendeu aqui muitas vezes o modelo que existia, defendeu aqui o monopólio do espaço aéreo açoriano.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: E portanto, o sr. sabe perfeitamente se o setor turístico não cresceu durante muito tempo – e é isso que está a diversificar a economia açoriana – foi devido à vossa ação política.

E esta é a perspetiva que o PPM aqui quer deixar em relação ao investimento privado. É um investimento que tem potencialidades nos Açores, porque a Região Autónoma dos Açores tem enormes potencialidades, tem recursos para ser, de facto, uma das regiões mais ricas da Europa – eu acredito profundamente nisto – mas, isso só acontecerá quando deixar de governar na Região um partido que tem uma visão de controlo político da economia, do controlo através dos mecanismos do Estado e da administração regional.

Só é possível que o investimento privado cresça nos Açores quando os investidores forem realmente livres de investir e quando a seleção dos investimentos que precisam de ser realizados for realizado em liberdade, num espaço de liberdade, quando se acreditar que o investimento privado está ligado à democracia política.

Deputado André Bradford (PS): Nem o senhor acredita naquilo que esteve a dizer!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à matéria no âmbito dos sistemas de incentivos, Sr. Deputado Paulo Estevão, os sistemas de incentivos são claros, objetivos e não dão qualquer margem para qualquer subjetividade. Isso é reconhecido por todas as empresas e por todos os empresários.

O trabalho no âmbito dos sistemas de incentivos, de análise de projetos, de análise de candidaturas, de celeridade na análise das candidaturas, de identificação das mesmas candidaturas no âmbito dos sistemas de incentivos, de informatização de todo o sistema e de análise é uma matéria que é reconhecida por todos os intervenientes que funciona muito bem, com celeridade, com total transparência, sem qualquer subjetividade e com total qualidade de análise. Essa matéria é reconhecida por todos, desde as câmaras de comércio, desde todos os empresários que trabalham com sistemas de incentivos, criámos uma vasta e jovem equipa de imensa qualidade que tem disponibilizado e tem dado muito de si a favor da Região, primeira questão.

Segunda questão, evidentemente que a liberalização do espaço aéreo contribui para a dinamização económica da Região – sem dúvida – não vamos discutir esta matéria, de quem é o mérito, isso já foi discutido imensas vezes. Agora, á uma coisa que é fundamental: não bastava apenas liberalizar o espaço aéreo para o crescimento económico que a Região registou, não bastava apenas essa matéria para a confiança que os investidores e as empresas têm na Região. Os sistemas de incentivos, o sistema fiscal e o conjunto complementar de todos os outros sistemas de apoio às empresas, ou seja, todo esse sistema empreendedor de apoio ao empreendedorismo que nós criámos na Região tem muito mérito neste clima de investimento e nesta confiança da iniciativa privada no futuro da nossa Região e isso é mérito de todos, mas também é um mérito do Governo, em todas as medidas que criou e implementou e que tem em execução.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há um aspeto que já foi mencionado aqui, eu próprio falei e vários deputados, e que tem a ver com os custos de contexto das empresas, Sr. Vice-Presidente também já falou na questão das acessibilidades, mas há matérias que têm sido discutidas nos últimos anos, há iniciativas que têm sido apresentadas e que não tem tido qualquer consequência e que são essenciais. Uma delas, e que foi retomada no último ano, tem a ver com o regime do transporte marítimo de mercadorias, é uma matéria que precisava de ser reanalisada, precisava de ser estudada e que o Partido Socialista já por duas vezes chumbou e portanto, é fundamental no contexto e naquilo que são os custos de contexto das empresas que esta matéria seja reanalisada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, não! Nunca!

O Orador: Há outra questão que se falou aqui, que tem a ver com a eficiência administrativa.

Eu fiz o elogio a um departamento do Governo, mas há outros que não tem essas condições e que é fundamental para facilitar o investimentos, para facilitar a decisão dos empresários, que sejam melhoradas, que a capacidade de resposta seja melhorada. Isto muitas vezes não custa muito dinheiro, tem a ver com organização, tem a ver com algum reforço de meios e portanto, se verdadeiramente o objetivo do Governo – e nós estamos todos de acordo – é a versão ao investimento privado, é essencial à economia, há muito trabalho de casa que o Governo não faz e tem obrigação de o fazer.

E portanto, este é um apelo pela positiva que deixamos aqui e que da parte dos partidos da oposição, da parte do PSD, tem havido sempre abertura. Pelo contrário, pela parte do PS, nomeadamente no transporte marítimo de mercadorias tem havido um bloqueio absoluto, a que no mínimo se estude e se

encontrem eventuais alternativas que sejam mais vantajosas para os empresários.

E esse apelo, eu volto a deixar aqui.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente eu estou descontente com o saldo destes vinte e três anos de governação do Partido Socialista, estou descontente porque eu não acho que os srs. tenham feito tudo aquilo que deviam, do ponto de vista do crescimento económico dos Açores, do ponto de vista de diversificação económica dos nossos setores produtivos, eu acho que os srs. ficaram muito aquém dos resultados que todos nós pretendíamos. Não é impossível de alcançar, não são os nossos limites de insularidade nem a falta de recursos da nossa Região, tem a ver com modelo económico que os srs. implementaram, que é um modelo económico ruinoso e vou-lhe dar alguns exemplos: Sr. Vice-Presidente não está arrependido da sua intervenção, no âmbito do Setor Público Empresarial Regional, com os prejuízos brutais...

Deputado Francisco César (PS): Oh pelo amor de Deus! Onde isto já vai!

O Orador: Oh Sra. Presidente tem que existir liberdade de expressão neste Parlamento, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Isso não é liberdade de expressão. Isso é fugir do objeto!

O Orador: E o que eu digo é que não há investimento privado...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E não há concorrência leal!

O Orador: ... porque há um investimento público realizado pela Região que invade o espaço dos privados, a não ser que se queira um que se realize...

Deputado Francisco César (PS): Temos muitas produtoras de açúcar! Paletes!

O Orador: ... aqui um debate sem que possa utilizar argumentos racionais e portanto, o que eu estou aqui, Sra. Presidente, a dizer é que o modelo económico prevaiente da Região passa por uma forte influência e uma forte intervenção do Governo no nosso sistema económico que não deixa espaço ao investidor privado, é isso que eu aqui estou a dizer e eu considero que este vosso modelo é um modelo errado e não há investimento privado significativo que possa aumentar.

Mais, foi aqui referenciado pelo CDS a falta de dados, é verdade, eu fiz um requerimento também sobre o investimento privado, mas estrangeiro, perguntei o que representa para a economia dos Açores o atual nível de investimento estrangeiro? Sabe o que é que o sr. me disse? Que não sabiam, não sabiam qual era, não tinham forma de calcular. Diz-me o sr. que esses dados é o Estado que os tem. Não. Esses dados deve o sr. solicitar no âmbito do trabalho que tem que ser feito, no âmbito da promoção do investimento e nós temos que saber qual é a origem do investimento, se é português, se é estrangeiro, de que forma é que isso se pode fazer? Portanto, o que há aqui também é muita falta de informação ...

Deputado Francisco César (PS): Mas o senhor fez alguma pergunta?

O Orador: ... que é transmitida sobre a economia dos Açores. Sobre a economia dos Açores muito poucos tem a informação toda, eu até diria que não são muito poucos, é quase só v. exa que tem a totalidade dos dados, porque os dados não são divulgados.

Portanto, V. Exa, Sr. Vice-Presidente o que eu lhe quero dizer, da parte do PPM, é que nós temos uma forte oposição ao modelo económico que vs. exas. tem introduzido nos Açores, não produz o crescimento necessário. Os srs.

prometeram-nos uma das regiões mais ricas da Europa e somos uma das regiões mais pobres da Europa!

Deputado André Bradford (PS): A não ser no Corvo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estevão.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Paulo Estevão não há investimento privado, o Governo não cria interesse para os investimentos privados se desenvolverem?

Então explique-me lá uma coisa, 500 milhões de euros ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há pouco!

O Orador: ... de candidaturas apresentadas nos sistemas de incentivos, 1159 projetos de investimento privado. O que é isso? Não é, efetivamente a demonstração de vivermos realisticamente o período de maior investimento privado que se verificou nesta Região? Os dados são claros e se nós formos a cada ilha da nossa Região, dentro da dimensão de cada uma delas, vemos que isso efetivamente está a acontecer. E portanto, sobre essa realidade não há qualquer dúvida, em termos de crescimento económico eu tenho aqui, por exemplo, a evolução dos últimos quatro anos, crescimento económico dos Açores, crescimento económico médio da União Europeia (*neste momento, o Orador mostra um gráfico à Câmara*), nós no conjunto dos últimos quatro anos, depois do período da crise, crescemos sempre mais em termos económicos que a média da União Europeia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É residual!

O Orador: Por isso, são esses os dados concretos.

Em relação à terceira questão que colocou, em relação à resposta de requerimento da origem dos capitais das empresas. Oh Sr. Deputado nós não temos efetivamente nem podemos ter esses dados. Essas empresas são criadas

nos Açores, mas nós não sabemos de onde é que é a origem do capital da componente societária da sociedade, nem temos condições de o saber, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem!

Deputado Francisco César (PS): Não tem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem! Olhe as Canárias!

O Orador: ... nem é relevante para esse efeito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É revelante é!

O Orador: Porque para nós, uma empresa que invista nos Açores, que se registre na Região é uma empresa que é válida como qualquer outra empresa que deve ser tratada independentemente da origem do país dos seus capitais.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições?

Pergunto se há mais alguma inscrição para participar no debate?

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para referir que o COMPETIR+ é um bom exemplo de eficiência administrativa e aqui também já foi reconhecido e basta verificar aquele que era o sistema de incentivos em vigor no anterior quadro comunitário e aquilo que é hoje o COMPETIR+ para evidenciar aquele que tem sido um trabalho notável dos técnicos da Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade que são de facto, um excelente contributo para promover a eficiência empresarial e têm feito um trabalho em tempo útil e de forma muito rápida conseguem analisar e aprovar os projetos de investimento e isso é um excelente incentivo ao desenvolvimento empresarial.

E além disso, também aquilo que referiu o Deputado António Vasco, a DRAIC é um bom exemplo do caminho que tem sido percorrido ao nível da redução da carga burocrática, da redução de quantidade de papel e da promoção da

digitalização na análise dos projetos e o sr. sabe tão bem quanto eu que isso é um bom exemplo que deve ser replicado, como é óbvio, pelos restantes departamentos com as devidas alterações, mas não poderia terminar o debate sem realçar aquele que tem sido o contributo importante da Direção Regional e dos técnicos desta mesma Direção no contributo para o desenvolvimento empresarial dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Ele entra no fim, mas entra!

O Orador: Sr. Vice-Presidente do Governo o que eu lhe quero dizer da parte da representação parlamentar do PPM é o seguinte: não estou satisfeito com os índices alcançados do ponto de vista da criação do emprego qualificado, que era um dos eixos fundamentais. Os resultados, na nossa perspetiva, e os dados económicos estão aí em relação à criação de emprego qualificado, estão muito mas muito longe de serem aceitáveis.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não está satisfeito com nada!

O Orador: Quero-lhe dizer que também não estou satisfeito do ponto de vista dos resultados alcançados ...

Deputado André Bradford (PS): E o que é que o senhor propõe para ficar satisfeito?

O Orador: ... no âmbito da produtividade, não estou satisfeito com os resultados, estão muito longe daqueles que são os aceitáveis, tendo em conta os investimentos que foram realizados e as verbas que foram projetadas.

A competitividade também era um dos eixos fundamentais, não estou satisfeito com os resultados alcançados, tendo em conta...

Deputado André Bradford (PS): Então explique lá o que é que se faz

O Orador: ... os investimentos que foram realizados.

A nossa economia é uma economia altamente dependente em que as receitas próprias representam apenas cerca de 50% - termino -...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E o que eu lhe quero dizer (eu quero pouco mais) é o seguinte, vs. exas. continuam a ter o mesmo modelo autonómico que herdaram, uma Região altamente dependente, com fraco crescimento, emprego precário, sobretudo na população mais jovem, no que diz respeito à população mais jovem e emprego pouco qualificado, pouco remunerado e os srs. não alteraram o paradigma, tiveram 23 anos, nunca ninguém teve tanto tempo na história dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para participar neste debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Pergunto se há mais inscrições para participar no debate?

Julgo não haver, sendo assim pergunto ao Sr. Vice-Presidente...

Sr. Deputado Paulo Mendes, foi mesmo no limite, Sr. Deputado. Tenho que lhe dizer que...

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Eu sei, eu sei. Agradeço a atenção da Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Pois, eu estava a ver que este debate se encaminhava para o seu final e por pouco não entrei a tempo de tecer aquelas que são também as considerações

finais do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda acerca do que foi debatido hoje nesta Casa.

Assistimos da parte do Governo Regional através do Sr. Vice-Presidente a uma explanação, mais uma vez, de todo o circuito percorrido pelos fundos europeus para finalmente chegar à Região e às empresas. Agradecemos a explicação, mas penso que foi somente um expediente da parte do Governo Regional para gastar algum tempo porque de facto, o que interessava não foi claramente debatido.

Depois também falou-se no crescimento, no crescimento económico da Região no setor privado, no crescimento do investimento e nisso nós concordamos, aliás tal como, da nossa intervenção inicial de tribuna o dissemos, de facto o COMPETIR+ tem contribuído para criação de riqueza, o problema está é na forma como essa riqueza depois é distribuída e isso, incrivelmente, nunca é discutido nesta Casa, o que tem a ver com a desigualdade social associada a uma desigualdade da distribuição da riqueza gerada na Região.

Por pouco também não se falava da criação de emprego, mas felizmente, pelo menos da parte do grupo parlamentar do Partido Socialista, assisti da parte da Sra. Deputada Bárbara Chaves a uma breve referência acerca da importância que este sistema de incentivos tem para a criação de emprego.

Mas numa perspetiva que me parece que pode ser considerada, por vezes, perigosa. E perigosa porquê? Quando se fala na criação de emprego, quase única e exclusivamente na criação do próprio emprego, eu não estou aqui a condenar essa possibilidade, mas apontar isso como uma solução para o desemprego dos jovens, principalmente dos jovens açorianos, eu penso que entramos por um mau caminho, um caminho que acentua aquela que é uma uberização da sociedade, o individualismo, cada um que se desenrasque, aliás, o empreendedorismo na base da criação do próprio emprego é de facto, uma marca, não de países desenvolvidos, mas de países subdesenvolvidos – basta ver o paradigma económico da Índia neste momento.

Depois, a criação de emprego quando é referida – e foi referida pela Sra. Deputada Bárbara Chaves –, é sempre na perspetiva da criação de emprego por si próprio sem referir a qualidade desse emprego criado. E não é por acaso, não é por acaso porque na Região, ao longo dos últimos anos, e aliás, na sequência daquele que tem sido um problema estrutural e histórico da Região, a pobreza, infelizmente, tem vindo a aumentar

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... a vulnerabilidade à pobreza também e a desigualdade social igualmente e isso é muito grave porque continuamos a ser, infelizmente, a Região mais desigual de um país que já de si é bastante desigual e portanto, seria de esperar outro tipo de debate, um debate que abordasse e que tivesse uma preocupação muito mais analista da atual situação económica da Região tendo em conta o investimento privado e isso parece-nos da nossa parte que não aconteceu.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo, mas também pouco mais teremos de debate.

Julgo não haver inscrições.

Não há?

O debate está encerrado.

Sr. Vice-Presidente não sei se quer usar da palavra? Sendo assim é o Sr. Deputado Francisco César que encerrará o debate por parte do Partido Socialista.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo a conclusão deste debate exatamente com uma frase que foi repetida por diversas vezes pelo Sr. Deputado Paulo Estevão que justifica exatamente o facto de nós termos proposto esta discussão às sras. e srs. deputados.

Nós não estamos satisfeitos, este é o motivo pelo qual nós trazemos este debate a este plenário.

Nós não estamos satisfeitos com o facto de termos ainda um número, apesar de termos baixado sucessivamente o desemprego, por ainda haver pessoas que necessitam de encontrar um emprego e de obter uma remuneração, de facto, nós não estamos satisfeitos, apesar de reconhecermos o percurso que temos feito, de sermos uma Região que desde o início do século fomos a única do país que convergiu com a União Europeia. Gostaríamos de ter crescido mais ainda do que crescemos. Nós fomos a única Região que convergiu, nos últimos quatro anos, com a União Europeia.

Nós hoje temos o melhor rácio de criação de empresas do país, 2,8. No último trimestre a criação de empresas aumentou cerca de 30% na Região Autónoma dos Açores.

São motivos para sorrirmos, mas são motivos para também ambicionarmos muito mais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: E por isso eu gostaria de também justificar, ou pelo menos de salientar ou responder, à primeira acusação que o Partido Social Democrata nos fez ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Completamente confirmado!

O Orador: ...de que este debate era um “frete político” ao Governo dos Açores, este debate era uma sessão de propaganda ou de explanação de números positivos sobre a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E foi!

O Orador: Reparem a contradição do PSD, só se pode fazer propaganda a um frete ao Governo se houver resultados positivos para apresentar, ora isso contradiz exatamente toda a narrativa que o PSD tem vindo a apresentar em relação à economia açoriana, ou seja, não se pode fazer um frete se por acaso não há resultados positivos, o que quer dizer que o PSD, por muito que lhe custe, acaba por reconhecer neste debate que a economia açoriana, nomeadamente o investimento privado, tem vindo a crescer sustentadamente.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: E portanto, esta é a primeira contradição do PSD.

A segunda contradição do PSD é ainda mais complicada, a segunda contradição do PSD é de que, nós dizemos que não há desenvolvimento nem crescimento da economia privada, mas depois vem dizer a esta Câmara que não há dados disponíveis, mas por acaso o crescimento que nós temos vindo a assistir foi no turismo. Com que dados é que o sr. diz isso? Com dados que foi consultar e por acaso esse crescimento deve-se ao PSD, ...

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Demagogia!

O Orador: ... Sr. Deputado temos que nos entender, ou não há crescimento ou há crescimento! E quando os srs. por acaso acreditam e diz que há crescimento porque é que dizem que é da sua responsabilidade? Oh, sr. deputado essa é uma contradição que ninguém compreende. Aliás, há uma pergunta que eu faço aos srs. deputados – o Deputado Alonso Miguel teve o cuidado de perguntar se havia mais dados disponíveis, coisa que os srs. não fizeram – ...

Deputado André Bradford (PS): Mas também reclamou!

O Orador: ... mas porque é que os srs. não pediram uma reunião com a Direção Regional de Apoio ao Investimento, como nós fizemos? Porque é que não pediram uma reunião com a SDEA para ter mais dados?

Nós obtivemos grande parte destes dados através de uma reunião que pedimos às instituições que lidam com esses dados e portanto, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Porque os senhores são dependentes do Governo!

O Orador: ... o que é extraordinário é que os srs. conseguem fazer tudo e o seu contrário. Por um lado a Região está, como os srs. bem dizem, numa profunda recessão com a economia privada esmagada, por outro lado já há crescimento económico e o crescimento económico que há é da vossa responsabilidade.

Ora, isso não faz sentido absolutamente nenhum!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foram daquelas audiências!

O Orador: A terceira contradição do PSD ainda me parece um pouco mais estranha ou *sui generis*, dizem os srs.: “nós só conhecemos os dados da iniciativa privada através de anúncios na comunicação social, ...

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Ninguém disse isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso de tirar conclusões com premissas erradas!

O Orador: ... nós só conhecemos através de notícias, ou que o Governo põe ou que os privados põe e por isso essas intenções até podem não se manifestar, por isso não reconhecemos ao Governo nem ao Partido Socialista a capacidade de dizer que há investimento que irá ser realizado e que há muitas intenções de investimento porque só está nos jornais, foram só anúncios”. Mas não é que é curioso que os srs. deputados do Partido Social Democrata quando olham para o concelho da Ribeira Grande e vêm capas de jornais a dizer que há mais de “x” investimentos no concelho da Ribeira Grande já acham que isso é motivo para

regozijo? Curioso será dizer que esses investimentos a serem realizados seriam feitos ao abrigo do sistemas de incentivos proposto e aprovado por esta Assembleia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, esta é a terceira contradição que o Partido Social Democrata vem apresentar, o que se percebe, sras. e srs. deputados, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não se percebe!

O Orador: ... é que os srs. estavam incomodados com este debate, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito!

O Orador: ... estavam muito incomodados com este debate, os srs. não queriam falar de o pib estar a crescer, os srs. não queriam falar do crescimento das empresas de mais de 30%, os srs. não queriam falar do facto de sermos a única Região do país a convergir desde o início do século.

Repare, chegamos ao cúmulo de as intervenções mais incisivas e mais insatisfeitas da parte da oposição terem sido realizadas pelo Deputado Paulo Estevão e não pelo Partido que quer ser poder em 2024 e portanto, porque é que os srs. não falaram de redistribuição do investimento por ilhas? Nós tivemos este cuidado. Porque é que os srs. não falaram dos portos de investimentos criados e que se perspetivam criar de mais de 1000 postos de trabalho? Porque é que os srs. não vieram propor alterações aos sistemas de incentivos? Porque é que os srs. não vieram aqui propor formas de incentivar ainda mais a iniciativa privada? Como é que são capazes de dizer que o Governo dos Açores esmaga a iniciativa privada? Como é que são capazes de dizer que a iniciativa privada não tem capacidade para crescer nesta Região? E ao mesmo tempo fazem tímidas intervenções neste plenário, sem ter uma única sugestão de alteração ao sistema de incentivos? É isto que o, ainda maior, partido da oposição vem propor a esta Câmara?

Aquilo que nós lhe podemos e queremos dizer, em matéria parlamentar como é óbvio, tem a ver com o nosso compromisso: nós estamos disponíveis, como sempre tivemos, para melhorar a nossa ação do ponto de vista parlamentar e sabemos que o Governo também a sua ação executiva.

Para alterar o que tiver que ser alterado nos sistemas de incentivos e nas suas políticas que dizem diretamente respeito à iniciativa privada e às pessoas.

Nós sabemos reconhecer que nem tudo o que fizemos foi bem feito e que há muitas matérias que ainda podem ser melhoradas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Há muito mais a fazer!

O Orador: Mas há algo que nós não abdicamos na forma como crescemos, há algo que nós não abdicamos e por isso trouxemos este debate aqui, não vale a pena termos crescimento económico se ele não tiver algum tipo de redistribuição do rendimento, não vale a pena ter crescimento económico se ele não for equitativo para cada uma das nossas ilhas, não vale a pena ter crescimento económico se ele não promover a justiça social.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então não valeu a pena!

O Orador: Tem sido sempre esse o nosso compromisso e é este compromisso que aqui os srs. numa enorme galhofa até se riem, nós estamos disponíveis como sempre tivemos para conversar, para dialogar, para melhorar a nossa ação.

Deputado André Bradford (PS): Não querem!

O Orador: Tem sido sempre este o nosso compromisso e os açorianos podem estar certos que continuará a ser o nosso compromisso, o de melhorar a vida dos açorianos e de promover o desenvolvimento económico de uma forma equitativa e com justiça social.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos este nosso ponto da Agenda.

Considerando o nosso horário vamos também interromper para o almoço e continuaremos os nossos trabalhos às 15 horas.

Eram 12 horas e 50 minutos.

(Neste momento, a Deputada Marta Couto ocupa o lugar de Secretária na Mesa)

Presidente: Boa tarde, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nosso trabalhos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nosso trabalhos.

Entramos agora no Ponto 10 da Agenda - **Projeto de Resolução n.º 104/XI – “Violação da liberdade de expressão, reunião e manifestação de um grupo de cidadãos no âmbito das comemorações do Dia de Portugal que decorrem nos Açores”**, este projeto de resolução foi apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comemora-se hoje o dia 6 de junho de 1975.

Para mim, o 6 de junho representa um momento fundador do autogoverno açoriano. Sem o 6 de junho Lisboa teria continuado a tratar os Açores como uma colónia de povoamento, sem o 6 de junho os Açores não teriam conseguido obter uma autonomia, ainda que mitigada, no âmbito político e económico. Lisboa assustou-se e foi isso que permitiu ao povo dos Açores alcançar uma cota mínima de autogoverno.

Mas, o atual sistema político autonómico está esgotado, o crescimento exponencial da abstenção representa um risco grave para a legitimidade democrática dos órgão de governo próprio da Região.

Taxas de abstenção na ordem dos 81%, como a que se registou recentemente nas eleições europeias, colocam em causa a legitimidade de quem exerce as suas funções em nome do povo. Cada vez são menos os que nos delegam essa responsabilidade de representação.

A verdade é que o 6 de junho continua em grande parte por cumprir. O Estado Português é um dos poucos que proíbe a formação de partidos regionais, os açorianos estão proibidos de formar partidos especificamente vocacionados para defenderem os seus interesses. É algo sem precedentes na Europa. Trata-se de uma restrição colonialista, é esse o nome, colonialista.

É necessário abrir o nosso sistema político, permitir a formação de partidos regionais, permitir a candidatura ao parlamento dos Açores de listas de cidadãos independentes, de listas abertas. É necessário acabar com o monopólio dos partidos políticos, em termos de representação política dos cidadãos. Há muitos anos que defendo este conjunto de reformas, inclusivamente aqui no Parlamento dos Açores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verdade é que o Estado Português continua a perseguir todos os açorianos que defendem o ideal da independência dos Açores.

A minha opinião é que tem todo o direito de defender livremente as suas ideias e o seu projeto político para os Açores.

Digo-o com a liberdade e a independência que resultam da minha posição de defesa da unidade da pátria portuguesa, de defensor de um modelo moralista de integração dos Açores num Estado Português que se quer descentralizado.

A iniciativa em causa neste debate mostra bem que existem muitas coisas por resolver, no âmbito do respeito pelos direitos políticos e a liberdade de expressão dos independentistas açorianos.

Existem restrições, existe acosso por parte do Estado, digo-o com toda a frontalidade neste Parlamento, usando da liberdade de opinião e de expressão de que não abduco, a história dos acontecimentos a que me refiro é fácil de descrever: um grupo de açorianos que pretendia manifestar-se pacificamente foi impedido durante a manhã do dia 9 de junho de 2018 de circular no Largo da Matriz e impedido de aceder à Praça Gonçalo Velho na cidade de Ponta Delgada. O referido grupo de cidadãos transportava bandeiras associadas à causa independentista nos Açores, tendo as mesmas sido apreendidas por parte das forças de segurança presentes no local. Importa ainda assinalar que mesmo após lhe terem sido retiradas as bandeiras, este conjunto de cidadãos continuou a ser impedido de aceder a um local público e de livre acesso. Trata-se de uma violação flagrante da liberdade de expressão e do direito de reunião em manifestação, assegurados pela Constituição da República Portuguesa. Tudo isto ocorreu no âmbito das comemorações do dia de Portugal e num contexto político cada vez mais insuportável e intolerável de restrições ao livre exercício de associação política dos cidadãos por parte do Estado Português.

A verdade é que esta proibição impede a livre discussão política nos Açores e empurra todos aqueles que pretendem defender, de forma democrática o incremento real dos níveis de autogoverno dos Açores, para a clandestinidade política.

A proibição de partidos regionais e a perseguição política a todos os que pretendem manifestar-se pacificamente pela causa da independência dos Açores é intolerável, no quadro das liberdades políticas garantidas no seio da União Europeia.

Na verdade, o Estado Português está a impedir de forma coerciva a livre associação política dos cidadãos que integram o povo dos Açores.

Tendo em conta esta situação e o contexto político já descrito, de forte condicionamento das liberdades políticas nos Açores, por parte da República Portuguesa importa obter informação relevante a respeito dos factos referenciados na presente iniciativa parlamentar e exigir o apuramento das respetivas responsabilidades políticas, no âmbito das violações cometidas contra o exercício da liberdade de expressão e do direito de reunião e de manifestação.

Proponho assim que o Parlamento dos Açores aprove as seguintes medidas:

1 – Solicitar ao Governo da República toda a informação disponível a respeito da ação das forças policiais junto do grupo de independentistas açorianos que foram impedidos de circular no Largo da Matriz e impedidos de aceder à Praça Gonçalo Velho, na cidade de Ponta Delgada, na manhã do dia 9 de junho de 2018;

2 – Exigir o apuramento de responsabilidades políticas no âmbito das violações cometidas no contexto dos acontecimentos descritos no número anterior, contra o exercício da liberdade de expressão e do direito de reunião e manifestação;

3 – Remeter para as seguintes entidades a presente Resolução: Presidente da República, Assembleia da República, Governo da República, Procuradoria Geral da República, Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia, Comissão Europeia, Tribunal de Justiça da União Europeia, Comité das Regiões Europeu, Provedor de Justiça Europeu, Conselho da Europa, Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino esta intervenção solicitando a esta Câmara Parlamentar que aprove esta iniciativa. Todos temos o dever de defender em todas as circunstâncias a liberdade de expressão dos nossos concidadãos, custe o que custar.

A liberdade é o mais importante valor absoluto de todos os democratas.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O direito de reunião e de manifestação é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa no seu artigo 45.º. O exercício do direito de reunião e de manifestação não carece de autorização, contudo deve exigir uma comunicação prévia às autoridades públicas. Essa exigência está estabelecida na Lei Orgânica n.º 1/2011, no seu artigo 2.º, no n.º 1, onde refere que as pessoas ou entidades que pretendam realizar reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público, avisam por escrito e com antecedência mínima de dois dias o Presidente da Câmara Municipal territorialmente competente.

Neste sentido, a Comissão de Política Geral, em relação ao projeto de resolução em análise, deliberou proceder a uma diligência prévia junto da Câmara Municipal. Com essa diligência a Comissão pretendia saber se os promotores da manifestação referida deram cumprimento àquilo que estava estabelecido no artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 1/2011. Ora, em comunicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada esse pressuposto não foi atingido e nesse sentido os propósitos que o projeto de resolução aqui traz e o objeto desse projeto de resolução, designadamente a violação da liberdade de expressão, de reunião em manifestação de um grupo de cidadãos, no âmbito das

comemorações do dia de Portugal que decorrem nos Açores, não são consequentes daquilo que são os propósitos do projeto de resolução.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No quadro da nossa Constituição o direito à liberdade de expressão é um direito fundamental que tem como núcleo essencial a dignidade da pessoa humana. O direito de manifestação, consagrado no artigo 45.º da Constituição, é exercido de forma livre e sem a necessidade de autorização prévia. Por outro lado, nos termos do Decreto-Lei que estatuí sobre o direito de manifestação a proibição da realização de manifestações no ordenamento jurídico português só é permitida quando a manifestação seja contrária à lei, à moral, aos direitos das pessoas singulares ou coletivas e à ordem e tranquilidade pública, ou ainda se atentar contra a honra e a consideração de vidas aos órgãos de soberania e às Forças Armadas.

Neste sentido, considerando que a intervenção numa manifestação contrária à lei reveste a natureza de medida de polícia, as decisões tomadas pelas autoridades competentes devem atender a critérios de necessidade, de eficácia e de proporcionalidade.

O que nós sabemos é que no dia 9 de junho de 2018 um pequeno grupo de açorianos foi impedido de se manifestar pacificamente quando ostentava bandeiras independentistas, na cidade de Ponta Delgada, durante as comemorações do dia de Portugal.

Ora o CDS, como é sabido, é frontalmente contra a causa independentista, mas em democracia nós consideramos que naturalmente todos tem o direito a

defender a sua visão, a sua ideologia, os seus princípios e portanto, o que nos falta conhecer são os pressupostos que estiveram na base das decisões tomadas naquele dia, por parte das autoridades competentes e também ter conhecimento de qual é que é a interpretação dos factos, se foi realizada pelos manifestantes. Atendendo a que este projeto de resolução pretende solicitar toda a informação disponível a respeito da ação das forças policiais e exigir um eventual apuramento de responsabilidades políticas de forma a nós podermos também considerar se o procedimento foi um caso concreto legalmente fundamentado e proporcional, como tal o CDS concorda genericamente com as pretensões evidenciadas neste projeto de resolução.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução demorou um ano a ser analisado, demorou um ano a chegar à discussão neste plenário, mas devo dizer e repetir aqui o que é que se pretendia e o que é que se propunha no âmbito deste projeto de resolução. E o que se propunha era que as pessoas fossem ouvidas em relação àquilo que aconteceu e solicitar ao Governo da República toda a informação disponível a respeito da ação das forças policiais junto do grupo de independentistas açorianos que foram impedidos de circular no Largo da Matriz.

Porque é que não foi solicitada esta informação ao Governo da República?

Porque deveria existir um auto de notícia ou quando a polícia tem uma determinada intervenção, essa intervenção passa a ser registada no auto de notícia. Porque é que não foi pedido, por parte do Parlamento dos Açores, o auto de notícia às forças policiais? Porque se não, então o que nos temos é uma

arbitrariedade completa. Se há uma ação das forças policiais, essa ação ficou com certeza descrita no âmbito do auto de notícia que foi produzido. Ou não foi produzido o auto de notícia em relação a esta matéria? Porque houve até apreensão de bandeiras, isto foi amplamente testemunhado e recolhido por parte da comunicação social, inclusivamente a própria RTP Açores produziu uma notícia a este respeito. Houve apreensão até de materiais, das bandeiras que este grupo de cidadãos transportava. Isto não foi registado? A ação do Estado não é registada? No âmbito da Comissão não existiu a preocupação de aceder a esta informação.

Também o facto de uma entidade dizer que não recebeu qualquer comunicação a esse respeito, não é assim que funciona um Estado de direito. Então se há uma entidade que diz que não recebeu há pelo menos o dever de perguntar à outra parte se fez chegar ou não fez chegar a essa solicitação e se existem provas de que fez chegar a essa solicitação? Ou num Estado de direito só se ouve uma das partes responsáveis? Quer dizer, as forças policiais não se ouviram, não se pediram os registos, o auto de notícia relacionado com as intervenções e apreensão de material que foi registado, isso não preocupou ninguém e a Comissão só se preocupou em ouvir o Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara é apenas uma das partes e num Estado democrático funciona o princípio do contraditório, nós ficamos sem saber porque é que os srs. em causa não foram ouvidos, se os srs. de facto entregaram alguma solicitação e se têm a prova de que essa solicitação foi entregue? Também, no âmbito dos trabalhos da Comissão essa démarche não foi realizada.

Ou seja, há aqui um conjunto de pessoas e eu tenho aqui a fotografia ...

(Neste momento, o Orador mostra uma fotografia à Câmara)

O Orador: ... dos perigosos manifestantes. São este três aqui, foram estes três manifestantes que assustaram e colocaram em causa a segurança nacional naquele dia e naquele episódio. São estes três aqui, estes três senhores. Este

aqui cumpriu o seu serviço militar ao serviço de Portugal, no seu tempo. Também este sr. aqui e este sr. aqui. São estes três srs. que colocaram em causa a segurança do Estado naquele dia e que foram impedidos de circular nas ruas de Ponta Delgada, nas ruas da sua terra, queriam aceder a uma praça e retiraram-lhe as bandeiras e os srs. até disseram: “Bom, isso é completamente ilegal retirarem-nos as bandeiras que estamos a transportar em relação à causa política que defendemos”. Mas, não contentes com retirarem as bandeiras também disseram: “ Os srs. não podem circular, mesmo que não tenham qualquer elemento que possam transportar” e não transportavam nada de ofensivo, nem nenhuma arma nem nada que colocassem causa a segurança de ninguém, estes srs. foram considerados perigosíssimos para a segurança nacional e não foram autorizados a passar. Então não existem registos desta ação policial? E nós, Parlamento dos Açores, que deveríamos defender e é nosso compromisso, é a nossa obrigação que deveríamos defender os direitos de todos os cidadãos – os cidadãos que residem no território português na Região Autónoma dos Açores – não nos deveríamos preocupar em tentar perceber até que ponto esta ação policial foi legítima? Ou esta ação policial não foi excessiva? Porque eu o que tenho visto são ações policiais, no conjunto do país, que têm sido colocadas em causa, quer pelos órgãos de soberania, quer também pelos tribunais.

A nós não nos interessa esta questão? Não nos interessa ouvir as pessoas em causa? Não nos interessa saber, recolher todas as fontes disponíveis para verificar o que é que aconteceu naquele dia? E se aquele ato foi um ato legítimo? Eu penso que deveríamos ter essa preocupação porque vejam uma coisa: no que diz respeito à Região Autónoma dos Açores nós até temo suma Casa dos Açores que é a casa de Hilmar, já lá estive na Califórnia cujo símbolo é este ...

(Neste momento, o Orador mostra uma fotografia à Câmara)

O Orador: esta é a Casa dos Açores de Hilmar (e faz parte do concelho mundial das Casas dos Açores) e ninguém se lembrou de dizer: “não, os srs. ou retirem esse vosso símbolo ou então os srs. são expulsos das Casas dos Açores.” Nenhum Governo dos Açores lhes disse isso, ou alguém deixou de entrar na Casa dos Açores (deputados regionais e membros do Governo dos Açores) deixou de entrar porque entravam numa casa que tem este símbolo? Alguém deixou de o fazer? Ninguém o fez.

Alguma autoridade regional tentou arrancar o símbolo da Casa dos Açores? Ou impede que esta Casa dos Açores participe no Concelho Mundial das Casas dos Açores? Ninguém. Da nossa parte, da parte dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, não foi colocada em causa nunca essa questão. Eu pergunto, então porque é que são retirados estes símbolos aos cidadãos açorianos que têm esta preferência ideológica e esta opção? Porque é que são retirados estes símbolos? Se nós não o fazemos porque é que nós agora vamos ficar calados e não investigamos esta situação e tentamos reunir toda a informação disponível sobre esta situação?

Sabem uma coisa? Porque esta situação é um precedente gravíssimo, agora foi com os independentistas e outro dia podem ser com pessoas da extrema esquerda, por exemplo, também lhes pode acontecer. Ou também a polícia pode barrar a circulação de monárquicos, porque não também? Não seria um grupo muito maior que este? Mas também pode impedir a circulação de monárquicos, porque não? Também têm uma bandeira diferente, é azul e branca também:

“ – Não passa, o sr. aqui não passa!

– Mas não passo porquê?

– Não passa e dê cá a bandeira.”

Ah e auto de notícia? Não há auto de notícia, não há investigação, não há nada, isto é mesmo assim. Isto é assim na Venezuela talvez, na Coreia do Norte, em

todo este género de ditaduras, mas num Estado de direito isto não pode ser assim ...

Deputado André Bradford (PS): Qualquer coisa é a Venezuela!

O Orador: ... porque o que aconteceu com os independentistas pode acontecer com outros. E não pode acontecer com ninguém, não pode acontecer com nenhuma minoria. A minoria independentista nos Açores tem que ser respeitada, tem direito a ter o seu pensamento político, não têm que ser presos como foram presos em 1975 por terem uma opção política diferente. A autonomia só pode ser respeitada por todos se considerarmos que aqueles que têm uma opção política em relação a esta matéria e que defendem a independência dos Açores têm direito a manifestar livremente a sua opinião, não têm que ser perseguidos, não têm que ser coagidos. E eu considero que é fundamental assegurar que todos, mas mesmo todos, tem os direitos de cidadania protegidos e o nosso Parlamento, na minha perspetiva, tem a obrigação de investigar o que aconteceu e tem a obrigação de recolher todos os elementos sobre o que aconteceu.

Por isso é que eu solicito a vs. exas. que aprovem este projeto de resolução.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Bem, então o Bloco de Esquerda não tem nada a dizer sobre esta questão?

É que a próxima vez que o Bloco de Esquerda vier aqui falar de liberdade, democracia, liberdade de expressão, liberdade de circulação... Sabe uma coisa?

É que o silêncio é um silêncio cúmplice. Não, Não!

Deputado Carlos Silva (PS): É uma forma de expressão!

O Orador: Então o sr. não tem nada para dizer? É que o silêncio também se ouve! O silêncio também tem significado e o silencio tem significado e eu vou-lhe dar a minha interpretação livre...

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém está a pedir a sua opinião!

O Orador: ... em relação a v. exa., é que a liberdade de expressão dos independentistas a v. exa. não lhe diz nada. Então é verdade! Então v. exa. está aí calado.

O Bloco de Esquerda em relação aos independentistas podem fazer o que bem entenderem, podem barrar o caminho, podem tirar as bandeiras, podem fazer o que bem entenderem, para vs. exas. é indiferente. A vossa voz não se levanta nestas circunstâncias e em relação ao PCP a mesma coisa, em relação a esta matéria não lhes diz nada. Em relação a esta questão os srs. não têm nada a dizer.

Também não lhes interessa a defesa da liberdade de expressão de uma minoria que é a minoria independentista. Também não têm essa preocupação.

O Partido Socialista...

Deputado Francisco César (PS): Vamos falar a seu tempo!

O Orador: ... também não tem nada a dizer.

Deputado Francisco César (PS): Tem, tem!

O Orador: É uma posição...nem sim, nem não, vamos ficar aqui. Se não dissermos nada também, ate porque tem alguns votos em termos independentistas, até têm aqui alguns cidadãos que são militantes do Partido Socialista, portanto em relação a esta opção também é melhor não dizer nada ...

Deputado André Bradford (PS): Já o senhor não tem nada a dizer sobre os votos dos independentistas!

Deputado Francisco César (PS): Mas nós vamos dizer, Sr. Deputado!

O Orador: ... não nos comprometemos. É como aquele vestidinho, não é? Nunca fica mal, portanto não vamos dizer nada, não nos vamos comprometer

com nada sobre esta matéria. Também é de facto uma posição de cumplicidade, o vosso silêncio também é um ruído muito significativo em relação à ausência de preocupação da defesa da liberdade de expressão e de circulação das minorias. Também é muito expressivo.

É evidente que da parte do Governo Regional a mesma coisa, em relação ao Governo Regional esta questão, o sr. secretário há pouco estava era a olhar para o relógio: “vamos lá ver se isto acaba depressa”.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não tenho relógio, Sr. Deputado!

O Orador: Oiça, você estava a olhar para o pulso e eu pensei que fosse para o relógio. Já vi que estava a olhar para a camisa, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Era para os punhos da camisa!

O Orador: ... para os punhos da camisa! Estava a olhar para os punhos da camisa! V. Exa é mais vaidoso do que eu pensava! Pensei que estivesse a olhar para o relógio. É uma explicação mais razoável.

Mas devo-lhe dizer também que em relação a esta matéria o seu silêncio, o silêncio do seu Governo também é esclarecedor.

Deputado Francisco César (PS): O Governo não é dele!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nosso!

O Orador: Não, não, para ser meu tem que existir preocupação com a liberdade de expressão de todos. Tem que existir, tem que se preocupar com a liberdade de expressão de todos os cidadãos porque se não é evidente que as pessoas não se sentem representadas. Eu acho que a partir do momento em que os srs. optam pelo silêncio em relação a esta questão ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É simbólico!

O Orador: ... é também muito esclarecedor da vossa posição. Aliás, desde a entrada deste projeto de resolução que isto foi muito incómodo, “vamos lá

meter isto na gaveta um aninho, a ver se isto passa...”, mas qual o azar dos azares? O “Azar dos Távoras”! Isto foi cair exatamente no dia – sem que eu tivesse feito nada nesse sentido – 6 de junho! Já viram! Para quem andou adiando esta questão permanentemente a ver se ela ficava esquecida numa qualquer gaveta. Então a gaveta não abre no dia que não devia abrir?!? É realmente um azar tremendo, é realmente uma má planificação por parte de algumas das v. exas.

Eu, da minha parte, o que eu espero é que evidentemente todos os partidos, e a mim nunca me ouviram ficar calado em relação a nenhuma questão,

Deputado André Bradford (PS): Ah, isso é verdade!

O Orador: ... o que eu espero é que os partidos tenham aqui a coragem política de poder pronunciar-se sobre esta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação deste projeto de resolução:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 15 do PSD, 2 do BE, 1 do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP e um voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estevão para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A “não discussão” que tivemos em relação a esta matéria mostra a gravidade deste assunto.

Deputado Francisco César (PS): Nós estamos inscritos!

O Orador: Nós tivemos aqui uma posição de uma extrema esquerda que ainda esqueceu e não perdoou o 6 de junho e devo dizer que em relação a outros partidos, e a Sra. Presidente já me está acenar que eu não posso fazer outra referência a partidos e eu já me estava a esquecer, porque se trata de uma declaração de voto, eu devo dizer que como cidadão, fiquei desiludido no conjunto de deputados a quem eu reconheço um espírito democrático, por terem ficado calados perante uma situação de evidente abuso por parte do Estado em relação a uma minoria que são os cidadãos que, neste momento, defendem a independência dos Açores. É gente que tem histórico na defesa da liberdade de expressão e fiquei bastante desiludido em relação ao facto de não terem dado aqui a sua opinião, concordando ou discordando, mas desistir de discutir, desistir de expressar a sua opinião é, na minha opinião, o pior dos comportamentos democráticos possível.

Devo dizer que isto não termina aqui porque eu faço questão e vou apresentar uma nova iniciativa em setembro sobre esta mesma questão, com outro formato, com outra ambição do ponto de vista também, além de parlamentar, jurídico e portanto, eu quero esclarecer estes factos e evidentemente, quero apurar responsabilidades neste âmbito.

Quero terminar agora esta intervenção, fazendo referência à posição do CDS-PP. O CDS-PP expressou aqui claramente aquela que é a sua opinião ...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... são contra a independência dos Açores, mas neste caso, Sra. Presidente, como não vou dizer mal, acho que ...

Presidente: Mas a regra é a mesma, Sr. Deputado.

O Orador: ...a regra é a mesma, mas termino, Sra. Presidente. Expressar aqui a minha admiração por aquilo que o CDS-PP fez, foi expressar a sua opinião, dizendo claramente que não são independentistas, mas que consideram que,

neste caso, era importante e fundamental para a defesa da democracia e dos direitos de todos que este caso fosse esclarecido e fosse investigado. Infelizmente o Parlamento dos Açores abdicou das suas responsabilidades nesta matéria, eu não tenho nenhuma responsabilidade neste caso, neste tipo de situação de abdicar disto e o CDS-PP também não. Acho que fizemos a nossa parte, defendemos os direitos de todos, a liberdade de expressão de todos, inclusivamente e evidentemente daqueles que defendem a independência dos Açores porque em nada estão diminuídos dos seus direitos de cidadania.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A posição do Partido Socialista já foi exposta e está plasmada no relatório elaborado pela Comissão e foi de oposição a esta proposta de resolução. E foi porque o tal direito de liberdade de expressão não cumpriu os normativos legais e como tal, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como é que sabe isso?

O Orador: ...foi essa a razão porque não foram desenvolvidas mais diligências e devo dizer, para que se saiba, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quais diligências?

O Orador: ... que o Sr. Deputado Paulo Estêvão teve conhecimento de todas as diligências que foram feitas no âmbito da Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Neste momento, o Deputado Manuel Pereira e o Deputado Bruno Belo ocupam o lugar de Secretário na Mesa)

Presidente: Passamos agora ao Ponto 11 da nossa Agenda: **Anteproposta de Lei n.º 10/XI – “Estabelece o regime jurídico da regularização dos "Chãos de Melhoras"’.**

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A anteproposta de lei apresentada a esta Assembleia, e que se pretende ver, hoje, discutida, deseja abordar e solucionar as questões que se colocam no plano jurídico e no plano social decorrentes da existência, na ilha de São Miguel, de uma forma muito particular, de cedência, por parte do proprietário, da fruição temporária do uso do solo, mediante contrapartida financeira, onde são edificadas habitações que ficam na propriedade dos fruidores do solo e são comumente designadas “Chãos de Melhoras”.

Esta realidade singular levanta questões jurídicas e sociais complexas, que nesta proposta merecem uma abordagem em três planos distintos, que se complementam e que são indispensáveis para uma solução efetiva e uma abordagem integral a este assunto.

Em primeiro, a definição do mecanismo legal que assegura o direito potestativo de aquisição sobre o solo ou sobre a benfeitoria ou melhora e da forma de determinação do valor de aquisição; o segundo, a definição dos termos da regularização urbanística extraordinária e da forma de cooperação do Governo e as autarquias; e, em terceiro lugar, o estabelecimento de um regime de apoio, pelo Governo Regional, à aquisição de solo por parte das famílias em função da situação socioeconómica destas últimas.

Nesse sentido, o Governo Regional propõe a esta Assembleia a criação de um regime temporário de regularização da separação entre a propriedade do solo e das casas nele edificadas, mediante o recurso a uma aquisição potestativa por via judicial, a exercer num período limitado de tempo: dez anos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional apresenta uma solução para um problema sentido e vivido há dezenas de anos por muitas centenas de açorianos e açorianas na ilha de São Miguel; um problema complexo, do ponto de vista jurídico, já o disse, mas, sobretudo, penalizador da vivência familiar e da conservação do parque habitacional da referida ilha.

O Governo Regional assume a propositura de uma solução, que acreditamos justa e equitativa, devidamente ponderada, do ponto de vista legal, quer em termos de competência legislativa, quer em termos da solução proposta, mas primordialmente guiada pela preocupação sempre presente de resolver um problema que se coloca às famílias que se veem diariamente quartadas do pleno uso da sua habitação. Confrontam-se com esta realidade, Sras. e Srs. Deputados, mais de cento e cinquenta famílias, mais de seiscentas pessoas, numa área de terreno superior a 120 000 m².

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

A proposta concretiza a possibilidade do exercício de um direito potestativo de aquisição sobre o solo ou sobre a benfeitoria pelo proprietário da componente que tiver maior valor. O referido valor determina-se aplicando as regras previstas no Título 3.º do Código das Expropriações.

No que se refere à componente de regularização urbanística das edificações, importa referir que a proposta estipula dois anos para as autarquias elaborarem planos de pormenor e assegura que os custos associados à elaboração desses planos serão suportados pelo Governo Regional através de regime de cooperação técnico-financeira.

Por último, mas não menos importante. A proposta prevê também o apoio financeiro às famílias para aquisição de solo a regulamentar pelo Governo Regional em função da situação socioeconómica das mesmas, assegurando-se, assim, um acesso equitativo a uma medida que se pretende que chegue a um maior número de famílias que vivem nesta situação.

Sras. e Srs. Deputados:

Este é mais um exemplo daquilo que é o trabalho do Governo: estar atento aos problemas e procurar soluções justas e equitativas; estar atento aos problemas das famílias, escutá-las e corresponder aos seus anseios dentro daquilo que são as competências e os recursos do Governo dos Açores.

Este é o caminho que queremos continuar a percorrer, exercendo uma autonomia responsável, próxima e amiga das famílias.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é, de facto, um problema secular, de grande complexidade, de elevadíssimo grau de dificuldade na sua resolução e que tem gerado inúmeros casos de injustiça social, um pouco por toda a ilha de São Miguel, com especial incidência no concelho de Ponta Delgada.

Apesar de nós considerarmos que este regime jurídico de regularização de “Chãos de Melhoras” não irá resolver todos os casos conhecidos e existentes,

também consideramos e estamos convictos que dará um contributo muito positivo e significativo para a resolução de grande parte destas situações e será também um primeiro passo para a resolução cabal deste problema e, paralelamente, gerando ganhos evidentes ao nível da valorização do edificado e da regularização urbanística.

Tendo em conta o preâmbulo desta iniciativa e as audições realizadas em sede de comissão e também a intervenção da Sra. Secretária, estima-se que cerca de seiscentos açorianos sejam afetados por este problema, o que é verdadeiramente significativo.

Ainda assim, e apesar de nós concordarmos genericamente com este diploma, existem alguns aspetos que gostaríamos de ver clarificados e gostaríamos também de deixar alguns alertas em relação a alguns aspetos que nos parecem que possam, posteriormente, ser um entrave para a resolução de algum destes casos.

O primeiro aspeto que gostaríamos de ver clarificado prende-se com o facto deste diploma pressupor a existência de um contrato entre as partes, tendo em conta a própria definição adotada de “Chãos de Melhoras” e que agora sofre aqui ou sofrerá uma pequena alteração e que se refere a imóveis que, à data de entrada em vigor do presente diploma, o proprietário tenha, através de contrato, cedido a fruição do solo, mediante uma retribuição monetária, autorizando o fruidor a nele edificar benfeitorias ou melhoras destinadas à habitação própria permanente.

Em primeiro lugar, historicamente, muitas vezes, estas retribuições nem eram de cariz monetário, as rendas eram pagam em espécie e, depois, como é sabido, em muitos destes casos não existe um contrato escrito entre as partes, mas, supostamente, também este não será um problema, porque, em sede de comissão, a Sra. Secretária, de facto, disse que o diploma não é restritivo neste aspeto e não será exigível a redução de um contrato a escrito. Mas a questão

que nós colocamos é: havendo um registo da casa e um registo do prédio, nos casos... e nós consideramos que podem surgir problemas nos casos em que as habitações forem vendidas a terceiros, e, nesse caso, perde-se o vínculo contratual que existia originalmente. Aliás, como foi dito numa das audições feitas pela Comissão de Política Geral, muitas vezes as famílias que adquirem a casa nem sequer reconhecem obrigatoriedade de pagar a renda ao proprietário do solo. Portanto, a questão que se levanta é, nestes casos de venda da casa a terceiros, se os mesmos podem ou não ser, sem um contrato original, mesmo que verbal, enquadrados neste diploma.

Por fim, tivemos ainda a oportunidade de levantar uma outra questão, em sede de comissão, para a qual nós também não obtivemos uma resposta esclarecedora e que tem a ver com o seguinte. De acordo com o número 2 do artigo 6.º, prevê-se que “nos casos em que, pela exiguidade do número de edificações, não seja possível a elaboração de um plano de pormenor, deverá recorrer-se a mecanismos legais de regularização de obras de génese ilegal ou a regularização extraordinária de edificações”.

Ora, olhando para este articulado, nós somos levados a pensar que estes casos serão apenas exceções, ou seja, que a esmagadora maioria destes fogos estarão situados em locais, em aglomerados que permitem a realização de um plano de pormenor e que os restantes casos que implicam a regularização extraordinária serão apenas residuais. O problema é que, aparentemente, ninguém sabe ao certo quantos destes fogos é que estão distribuídos e dispersos por toda a ilha de São Miguel e que exigem, por isso, uma regularização extraordinária e se estes constituem ou não apenas exceções ou se, por outro lado, constituem um número significativo em relação ao total. E isto resultaria, inevitavelmente, num processo de regularização urbanística muito mais lento.

Para terminar, e voltando ao início da minha intervenção, acreditamos que a aprovação deste regime será um passo determinante, um primeiro passo

importante, um contributo muito significativo, mas, no entender do CDS, o maior ou menor grau do sucesso de implementação deste regime estará dependente, de facto, da eficiência e da robustez do regime de incentivos à aquisição de imóveis que for criado, posteriormente, em sede de Resolução do Conselho do Governo, e nós consideramos que essa resolução e esse regime devem garantir as condições necessárias e a viabilidade financeira suficiente para permitir a aquisição daqueles imóveis.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida, tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

A impossibilidade na obtenção da propriedade conjunta de terrenos e das respetivas benfeitorias destinadas à habitação permanente vêm, ao longo de mais de um século, a impedir o normal desenvolvimento económico e social e a boa gestão de diversos territórios e do património edificado, na ilha de São Miguel, de forma muito particular e relevante na Freguesia das Sete Cidades, no concelho de Ponta Delgada, mas também em outras freguesias, e com menor dimensão, em todos os concelhos da ilha de São Miguel.

A gestão dos direitos legítimos dos proprietários dos terrenos e dos donos das benfeitorias, em muitos casos, com habitações de carácter permanente, embora no regime atípico que os regulamentar, torna pertinente a apreciação e a aprovação da presente anteposta de lei. Percebe-se que a regularização das situações previstas e que distinguem a posição dos proprietários dos terrenos e dos detentores das benfeitorias a melhoras carece de um quadro legal, embora temporário, que faculte a ambas as partes a possibilidade para que, com recurso a uma aquisição através de um direito potestativo, por via judicial ou tribunal arbitral, se proceda à respetiva aquisição mediante determinadas condições.

As operações urbanísticas, designadamente a elaboração de planos de pormenor e a regularização de edificações existentes e os respetivos registos podem, pela complexidade e entendimento das partes envolvidas, atrasar o processo de regularização pretendido, justificando-se a alteração do prazo para a sua realização e uma atenção redobrada na elaboração da regulamentação posterior, da responsabilidade e ao cuidado do Governo dos Açores.

A situação vivida por inúmeras famílias foi fator de instabilidade e insegurança, transmitida entre gerações, que optaram por viver na freguesia e na casa onde nasceram.

Nas Sete Cidades, um espaço que se quer ambientalmente nobre e sustentável, a área de paisagem protegida, onde operam, nas mais diversas valências, entidades públicas com competências também distintas, é imprescindível o entendimento entre as partes para o sucesso de qualquer intervenção ao nível do ordenamento paisagístico e também urbanístico, criando as condições para que os residentes, em primeiro lugar, e os visitantes, não menos importantes, sintam a vida em harmonia e socialmente sustentada, criando outras oportunidades aos locais e ao próprio património edificado.

Importa, por isso, não desiludir todas as pessoas que, ao longo de décadas, viram limitadas e condicionadas as decisões de bem viver, das condições de habitabilidade e na segurança dos investimentos efetuados, valorizando o património edificado nas respetivas localidades.

Das audições efetuadas no âmbito da comissão especializada, ficaram diversos alertas e sugestões, que importa considerar.

Relativamente às freguesias do concelho de Ponta Delgada, alguns proprietários manifestaram o trabalho já realizado em conjunto com a Câmara Municipal de Ponta Delgada com base no levantamento topográfico individualizado de cada “Chão de Melhoras”, obtendo certidões de isenção de loteamento, facultando a desanexação ao prédio mãe e permitindo a venda dos terrenos aos proprietários

das benfeitorias correspondentes, seguindo-se a atualização documental ao nível dos serviços de finanças, cadastrais e de registo predial.

Não são insipientes os aspetos relativos às dificuldades decorrentes da condição das famílias economicamente desfavorecidas e pretendentes à aquisição dos terrenos.

Em sede de regulamentação, designadamente quanto aos incentivos previstos no artigo 9.º, da anteproposta de lei, devem ser considerados os apoios que minimizem os diversos custos que oneram todo o processo até à aquisição efetiva. Em muitos casos, a inexistência de contrato entre as partes, as benfeitorias de diversos proprietários do mesmo terreno e a ausência de registos dessas benfeitorias foi objeto das observações em sede de comissão, que urgem ser atendidas.

Naturalmente que a posse de ambos os ativos, terrenos e benfeitorias ou melhoras pelo mesmo proprietário trará novas possibilidades de valorização do património edificado, permitir investimentos de requalificação urbanística, acesso a financiamento privado e, conseqüentemente, ao estímulo na fixação das famílias e até à criação de emprego local.

Apesar das particularidades, que, certamente, serão encontradas na concretização do objeto da presente anteproposta de lei, é nosso entender que se traduzirá num passo importante ao encontro da aspiração de um significativo número de famílias micalenses, mas também da valorização imprescindível do património edificado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Hoje aqui analisamos e debatemos aquilo que para o Partido Socialista é considerado como uma solução para resolver problemas de algumas famílias da ilha de São Miguel, muito particularmente no concelho de Ponta Delgada, mas também como aqui já foi dito, noutros concelhos.

Chegamos aqui hoje aquilo que é um regime, como a historiadora Susana Goulart Costa em tempos referia, um regime *sui generis* de um passado que ainda nos deixa algumas marcas.

Estamos claramente na presença de uma iniciativa, uma Anteproposta de Lei – Chãos de Melhoras – que ao fim de séculos, após a passagem por diferentes Governos Regionais, finalmente nos propõe uma solução. Uma solução que pretende inculcar justiça e segurança naquele que poderá ser um processo negocial entre privados.

Recordamos aqui, por exemplo o quanto, digamos quase, devastador foi para as famílias, muito em particular das Sete Cidades e de Santo António (corria o ano de 2014) em que receberam cartas em que efetivamente, as suas rendas foram aumentadas e alguma também previa quase a denúncia dos contratos e aqui nesta altura gostamos de lembrar esta situação.

Esta anteproposta de lei que aqui é apresentada, vem claramente responder, como aqui foi dito, a cerca de 630 pessoas, estamos a falar no âmbito de 130 mil m², estamos a falar efetivamente de uma proposta que em primeiro lugar, no nosso entendimento, tem critérios justos e equitativos, quer seja para o proprietário do terreno, quer seja para o proprietário da habitação permanente.

É também uma proposta que dá um tempo de dez anos para que estas situações, que são situações complexas, possam ser resolvidas. Esta proposta que o Governo Regional assume, também os custos financeiros associados à operação

urbanística, uma operação urbanística que irá clarificar muitas daquelas situações que inclusive já foram aqui, de certa forma, abordadas pelo Sr. Deputado Alonso Miguel e pelo Sr. Deputado António Almeida que efetivamente vem clarificar, desde logo, a área urbanizada no que diz respeito às habitações permanentes.

O Governo Regional não se demite neste processo de resolução de uma situação secular de dizer que também vai criar através do regime de cooperação técnica e financeira com as autarquias. O Governo Regional assume efetivamente a liderança deste processo para responder às famílias que necessitam desta situação.

Ainda neste âmbito, Sr. Deputado António Almeida referia, naquela que foi a audição de uma das famílias na sexta-feira passada, no âmbito desta comissão ouvimos duas famílias, uma concordou na sua íntegra com esta proposta, elogiou inclusive a proposta como sendo uma boa proposta, uma proposta que vem resolver o problema das famílias e efetivamente o que o Sr. Deputado António Almeida aqui referia, no que diz respeito à existência já de levantamentos topográficos, o que nós temos a dizer, face àquele que é o ponto 4.º desta proposta é que efetivamente ele é muito bem vindo e vem ajudar a resolver mais rapidamente a solução e portanto, no caso em concreto, a autarquia de Ponta Delgada que já tem este levantamento feito por via da intervenção das famílias, então com certeza o prazo de dois anos será perfeitamente resolvido porque efetivamente é esta família que tem em maior número.

Em terceiro lugar, a proposta que aqui nos traz o Governo Regional, é uma proposta que vai muito para além daquela que é a preocupação essencial de resolver o problema das famílias. É uma proposta que diz: “Sim, nós estamos aqui para encontrar um enquadramento jurídico que permita uma solução às famílias!”, mas mais, e esta é a grande diferença de uma qualquer outra

proposta que possa eventualmente ter sido posta ao longo dos tempos pelos proprietários, é que o Governo Regional não só não se demite de apoiar as autarquias através de uma cooperação técnico-financeira, como faz algo que é extremamente importante, o Governo Regional cria um regime de incentivos para apoiar as famílias que efetivamente possam vir a necessitar dessa ajuda. E eu gostava aqui de chamar a atenção, porque nós enquanto deputados do grupo parlamentar do Partido Socialista tivemos esta oportunidade e queria aqui partilhar com esta Casa aqueles que foram dois bons momentos bonitos, diria até, daquela que é a política de proximidade dos governantes com os cidadãos e realmente foi um bom momento e um bonito momento de política, que é ver efetivamente uma governante, um Governo Regional sentar-se em sessões a ouvir os cidadãos, a explicar ponto a ponto desta proposta que hoje estaria aqui para a discussão, a ouvir os cidadãos, a responder quase individualmente a cada um dos cidadãos que fez questões pertinentes sobre aquela que era a sua propriedade, o seu uso e isto, minhas sras. e meus srs., nos tempos em que nós vivemos de uma dura e forte abstenção, ver um Governo Regional tão próximo das suas populações, no meu entendimento, no nosso entendimento é efetivamente de louvar e não podia deixar aqui de dizer isto.

Queremos também dizer que estamos na presença de uma anteproposta de lei justa, com critérios sociais e que acima de tudo, se me permitem, com uma visão estratégica e de futuro. Porquê? Porque o Governo Regional pretende com esta anteproposta de lei tudo fazer, lançar mão de todos os instrumentos que tem para que nas gerações futuras não se mantenha esta situação de conflito e de dúvidas.

E por fim, nesta minha primeira intervenção face àquela que é uma anteproposta de lei, uma figura jurídica, como todos sabemos que terá, digamos, o seu fim, em sede da Assembleia da República, queremos em crer e o Partido Socialista está certo que utilizará toda a sua influência nacional para que esta

proposta tenha uma boa aceitação na Assembleia da República, para que efetivamente se encerre aquilo que nós consideramos ser um ciclo vicioso de resquícios feudais e se inicie um ciclo virtuoso, em que efetivamente os donos das habitações permanentes possam também ser legítimos donos dos terrenos onde as suas casas estão situadas.

Muito obrigada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora a extrema-esquerda já fala!

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Chãos de Melhoras, um tipo de cedência e de fruição temporária de propriedade cedidos por parte de proprietários, por vezes com extensas áreas de propriedade, constituem hoje em dia um grave problema social.

Esta situação atípica, apesar de ter semelhanças com outras situações que existiram no resto do país, no continente e na Madeira, é única nas suas características.

Infelizmente, ao contrário do que sucedeu no resto do país e noutros casos, os Chãos de Melhoras não foram extintos nos primeiros anos após o 25 de Abril.

Os Chãos de Melhoras com origem no século XIX mantiveram-se, até à data, trazendo para o século XXI algumas das piores características do século XIX.

Os problemas que esta forma atípica de direito geram são graves e condicionam a vida de centenas de famílias na ilha de São Miguel ainda hoje. O Governo Regional aponta para cerca de 600 pessoas afetadas, numa área de 130 mil m², como já foi aqui referido, mas nas audições em comissão foram identificadas cerca de 400 Chãos de Melhoras, só no concelho de Ponta Delgada e foi

apontado pela Associação de Municípios da ilha de São Miguel que estes existem em todos os concelhos da ilha. Estamos pois, a falar de um universo provavelmente bastante superior às 600 pessoas afetadas.

Este cenário constituí, claramente, um enorme problema social. Famílias com dificuldades em aceder ao crédito para conservação das suas próprias habitações por falta da propriedade do solo, famílias estas que também não têm recursos económicos para adquirir este mesmo solo a preços de mercado.

Em bora hora há uma iniciativa que procura encontrar uma solução jurídica para este grave e complexo problema social. Não podemos nem devemos desperdiçar esta oportunidade de resolver, e bem, este problema. Qualquer solução, no entender do Bloco de Esquerda, para ser uma boa solução tem de resolver o problema social em primeiro lugar.

A solução que o Governo Regional apresenta prevê um direito potestativo de aquisição atribuído ao proprietário da componente de maior valor, seja o solo ou a chamada benfeitoria, ou seja, a habitação.

Esta solução, na grande maioria dos casos, certamente que beneficiará os proprietários das benfeitorias, ou seja, das casas e corresponde ao espírito do diploma. Mas, na nossa opinião poderão existir situações em que o solo, pela sua área, poderá ter uma avaliação superior à benfeitoria. Nesta caso não será o proprietário do solo a usufruir do direito potestativo de aquisição. Ora, não é este o espírito da proposta e não é isso que se pretende com ela.

Por essa razão apresentamos uma proposta de alteração que atribui, preferencialmente, o direito potestativo ao proprietário da benfeitoria. Com esta proposta procuramos garantir, sem margem para dúvidas ou para questões de interpretação, que nenhuma família detentora de habitação própria permanente ficará prejudicada.

Por outro lado, propomos ainda que exista apoio jurídico disponibilizado através de um gabinete de apoio criado pelo Governo Regional para o efeito. É

preciso não esquecer que o direito potestativo é exercido através de um tribunal arbitral com possíveis custos e litígios que esta situação pode originar.

Com estas propostas de alteração e concordando obviamente na generalidade com a proposta aqui apresentada procuramos tornar mais objetiva a proposta em causa e esperar que ela também resolva da melhor forma e que resolva a todas as pessoas nesta situação e que não deixe ninguém para trás.

Muito obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na nossa opinião, esta anteproposta de Lei vem facilitar a resolução de um processo jurídico que já está a causar transtornos a cerca de 600 pessoas. A representação parlamentar do PCP deixa desde já exposto que irá votar favoravelmente a este projeto.

Consideramos que após as audições na Comissão de Política Geral deve ser ponderado o tempo de dez anos para o direito potestativo, seja ele do proprietário do solo como do edificado. Da mesma forma, o tempo de regularização urbanística deveria ser aumentado, considerando a quantidade de situações que estão por resolver; a complexidade do quadro existente assim o aconselha, e não nos parece viável regularizar num prazo de dois anos um conjunto de situações problemáticas tão enraizadas, ao ponto de algumas delas remontarem ao século XIX.

Apelamos, contudo, que este processo seja tratado com maior celeridade possível, e que sejam envidados todos os esforços possíveis para que a informação sobre regras e procedimentos seja difundida de forma clara e abrangente entre todos os interessados, promovendo eventualmente sessões de esclarecimento nas freguesias onde o fenómeno é consabidamente existente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A representação parlamentar do PPM votará favoravelmente esta iniciativa. Consideramos que se trata de uma proposta equilibrada que defende a defesa dos direitos do proprietário – acho que está assegurada – e também dos proprietários da benfeitoria e portanto, nesse sentido, ou seja, também do proprietário dos solos na primeira referência que fiz e do proprietário da benfeitoria, também está assegurada e está aqui assegurada a correção de uma situação que é de facto, como aqui já foi descrito quer pelo Governo, quer pelos outros grupos e representações parlamentares que me antecederam, é uma situação grave, é uma situação que tem, como aqui já foi bem referido, tem resquícios quase feudais e era uma situação de grande injustiça que importava corrigir e que tinha a ver também com a desigual distribuição da propriedade na ilha de São Miguel que caracterizou durante muitos séculos a propriedade do solo naquela ilha.

Desta forma, há uma correção importante, é algo que evidentemente a autonomia já deveria ter resolvido, só agora o estamos a fazer, mas o que interessa é que ao longo deste tempo e ao longo desta discussão foi possível encontrar uma proposta que resolve esta questão.

Existiram no passado outras propostas de solução, mas eram propostas que do ponto de vista ideológico nós não concordamos, ou seja, nós defendemos sempre os direitos de propriedade existentes. Podem existir é correções e é exatamente esse papel que o Governo, a administração democrática tem, ou seja, garantindo os direitos de propriedade permitir que seja introduzida uma característica de justiça, do ponto de vista da divisão da propriedade e de

assegurar de facto a estes proprietários de benfeitoria que passam a ter uma propriedade valorizada nas condições que aqui estão descritas.

Por isso, nós votamos favoravelmente esta iniciativa e congratulamos o Governo Regional pela mesma. Da nossa parte, como veem, existe sempre uma postura positiva que caracteriza a representação parlamentar do PPM, que é o facto de quando as iniciativas são boas, não nos custa nada dar o mérito das mesmas e dar um contributo político...

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: ... o sr. não está já no Parlamento Europeu? Pensei que já tivesse seguido para o Parlamento Europeu, estava descansado...o sr. ainda aqui está! Vá lá então para a Europa defender os interesses dos Açores o melhor possível e o melhor que puder!

Muito bem, termino esta intervenção portanto, neste âmbito e é importante que de facto seja implementada com uma informação e que a informação seja prestada à população e aos interessados e que este processo seja acompanhado por parte da administração regional com a máxima eficácia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** *(Andrea Cardoso)*: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Eu, na minha breve intervenção inicial de apresentação da proposta, até porque ela era já conhecida de todos, não me alonguei, mas se me permitem, até porque ouvindo todos os partidos e percebendo a postura que assumem neste debate, também gostaria de deixar aqui duas notas breves a este propósito.

Muito se fala, e se falou recentemente, a propósito do papel da autonomia, a propósito da valorização dos políticos na Região inclusivamente, e eu penso que este é um momento exatamente para valorizarmos o papel da autonomia e o papel dos políticos na Região, seja dos Srs. Deputados, seja, naturalmente, do

Governo Regional, e aqui poupem-me, naturalmente, não é nenhuma falta de modéstia, mas penso que é para isso que aqui estamos.

É para isso que aqui estamos no sentido de que é de facto imprescindível que estejamos próximos da população, que escutemos os seus anseios e que, com a força da nossa determinação, vamos correspondendo àquelas que são as suas necessidades.

Este é um bom exemplo de serviço aos açorianos e açorianas, designadamente àqueles que vivem na Ilha de São Miguel e que há muitas décadas lutam e se debatem com este problema.

Por isso, fico naturalmente satisfeita por aquilo que foi transmitido pelos Srs. Deputados, pela valorização da iniciativa que acabaram de fazer, e é com enorme satisfação que o Governo aqui traz esta solução, que apesar de ser uma proposta que contempla nove artigos, com nove artigos propomo-nos a resolver uma situação de elevada complexidade, não só do plano jurídico, como também do plano social.

E agora, respondendo a algumas das questões que mesmo assim ainda foram aqui levantadas, eu queria esclarecer designadamente o Sr. Deputado Alonso Miguel de que este regime que aqui se traz, e designadamente a questão que levanta a propósito da necessidade ou não de um contrato e se esse contrato é reduzido a escrito. Eu, de facto, esclareci a Comissão a esse propósito, mas de qualquer forma eu queria propor-lhe a leitura do artigo 2.º na sua alínea c) que diz exatamente que o proprietário da benfeitoria ou melhora é quem tiver a benfeitoria registada a seu favor ou prove a sua propriedade por qualquer meio legalmente admissível. Portanto, não é necessário haver propriamente um contrato reduzido a escrito, mas tem, de facto, de comprovar, naturalmente, a sua propriedade e há, como sabe, no plano jurídico várias formas de comprovar a propriedade, portanto, é aqui apenas isso que se exige.

No que diz respeito à venda a terceiros. Pois, naturalmente que coloca-se a questão exatamente no mesmo plano. Ou seja, desde o momento que esse terceiro comprova propriedade da benfeitoria ou melhora nos termos daquilo que aqui está previsto com recurso aos mecanismos que legalmente existem até para outros fins e que são conhecidos de vós, pois naturalmente que acede a este mecanismo legal, exercício do direito potestativo.

No que diz respeito à questão que coloca e a propósito ainda do artigo 6.º e da regularização extraordinária das edificações, é preciso talvez, e até decorreu da audição que fizeram ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada na qualidade de representante da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, que a própria Câmara Municipal já tem procedido a esse tipo de regularizações. Portanto, é exatamente no mesmo plano.

Há questões que, conforme eu disse na Comissão, têm de ser resolvidas, e no âmbito daquilo que é a legislação vigente por via de um plano de pormenor, e o Governo aqui o que se disponibiliza é a apoiar financeiramente as autarquias a custear a elaboração desses planos de pormenor e depois há todo um outro conjunto de regularizações que não exigem planos de pormenor, e ainda bem que assim é, e utilizando o recurso daquilo que são os regimes legais em vigor, aplicar-se aos casos de habitação no caso de situações mais dispersas/pontuais numa ou noutra freguesia na Ilha de São Miguel.

Penso que terei esclarecido aquilo que de mais importante o Sr. Deputado Alonso Miguel colocou.

No que diz respeito ao Sr. Deputado António Lima. Também tive oportunidade na Comissão de dar o ponto de vista do Governo a propósito da sua agora proposta de alteração ao diploma no que diz respeito ao artigo 3.º, e volto aqui, perante todos os Srs. Deputados, a transmitir a posição do Governo sobre essa matéria.

Eu penso que a proposta do Bloco de Esquerda, imbuída, aliás como tive oportunidade de dizer, das melhores intenções e que eu percebo, afere aqui um princípio de igualdade de condições na aquisição e no exercício do direito potestativo.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

A Oradora: Ou seja, há, de facto, uma preferência por uma das partes, o que nos parece que não é justo, e se queremos ter um regime justo e equitativo temos que considerar ambas as partes, e como já aqui foi dito, uma das partes tem de facto o direito de propriedade sobre o solo, para além de que na sua proposta de alteração também não considera (ou desconsidera) a obrigatoriedade de indemnização de uma das partes à outra pela aquisição da propriedade plena.

Portanto, se me permite, e avançando um pouco naquilo que é a sua proposta, penso que está, no fundo, condicionada, por estas questões que eu aqui coloco. Também a propósito do apoio jurídico, já agora que o referenciou, é importante que se diga que nada, naturalmente, tem o Governo Regional contra essa proposta, sendo certo que me parece que esta questão, aliás já prevista no âmbito do exercício das funções da Direção Regional da Habitação para este processo, o que é facto é que não é matéria, penso eu, na nossa opinião, que deva constar de um diploma desta natureza, ou seja, de uma anteproposta de lei, uma questão que é meramente de organização da própria Direção Regional da Habitação ou da entidade que ficará responsável por esta matéria.

Quanto aos demais. Sr. Deputado João Corvelo, colocou aqui uma questão que foi colocada e levantada também, ao que julgo saber, pelo Sr. Presidente da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, e que tem essencialmente a ver com a redução do tempo que é concedido às famílias ou, que propôs o Sr. Presidente da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, a redução do tempo das famílias e o aumento do tempo para a Câmara Municipal, e eu

confesso que nesse plano entendemos que o prazo de dois anos é muito razoável para as Câmaras Municipais elaborarem os planos de pormenor, até porque como já foi avançado pelos proprietários, já há levantamentos feitos, portanto, já há aqui um caminho percorrido, não haverá necessidade, e há experiência também em matéria de elaboração de planos de pormenor, e, portanto, parecem-nos que o prazo de dois anos é suficiente.

Quanto aos 10 anos para as famílias. Pois, eu aí acho que, se me permite a minha opinião e conforme transmiti em Comissão, há um conjunto de questões que se colocam às famílias, designadamente muitas vezes de copropriedade dos imóveis que têm que ser regularizados previamente ao exercício deste direito potestativo e que, portanto, merecem da nossa parte que concedamos um tempo relativamente alargado e confortável às famílias para resolverem esta situação.

E da minha parte, por agora é só.

Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A proposta de alteração que o Bloco de Esquerda faz ao diploma, e agora aproveito para explicitar com mais pormenor, prevê exatamente aquilo que o espírito do diploma contempla, que é resolver o problema social que esta situação gera. Ou seja, permitir que os proprietários das benfeitorias, ou seja, as pessoas que têm ou construíram ou, por via familiar, herdaram uma casa num terreno que no solo não sendo seu, mas que querem adquirir o solo para terem plena posse da habitação e para poderem, por exemplo, fazer obras de

conservação ou reabilitação dessa propriedade, sendo habitação própria permanente, que é isto que o diploma prevê.

O diploma tem uma intenção e o seu espírito escolhe um dos lados, a verdade é esta. Só que na letra da lei deixa em igual patamar seja o proprietário do solo ou o proprietário da benfeitoria e o direito protestativo de aquisição deixa ao valor do solo ou da benfeitoria, e nós aqui procuramos salvaguardar situações em que o solo poderá ser mais valioso, que tenha uma avaliação superior à benfeitoria.

Ou seja, havendo situações dessas, poderão existir situações de injustiça em que as pessoas poderão, possivelmente até pessoas com fracos recursos económicos, ficar com uma fraca indemnização e perder a sua habitação. É isto que nós queremos salvaguardar e procurar que não haja dúvidas na proposta e que ela chegue à Assembleia da República com um sentido mais claro, objetivo, que é salvaguardar aqui o direito à habitação dessas pessoas.

A situação em concreto que descrevo não é uma situação meramente teórica. Ela tem grandes possibilidades de acontecer. Já percebi que provavelmente não será esse o entendimento da maioria, do Partido Socialista, mas este processo não termina hoje aqui, ainda irá à Assembleia da República, onde esperamos que ele também possa ter algum tipo de melhoria e salvaguardar todos e, como disse, não deixar ninguém para trás.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para fazer uma pequena intervenção em relação a esta proposta do Bloco de Esquerda.

É que apesar de nós entendermos o objetivo de salvaguardar o direito à propriedade nos casos em que o terreno for mais valioso do que a casa, a

verdade é que não é isso que está aqui. O que está aqui é dar preferência ao dono da habitação ... mas então qual é que é o sentido do ponto número três? Quando nós já damos preferência ao dono da habitação, qual é o sentido que faz no ponto a seguir dizer que nos casos em que isso não acontecer dever-se-á dar direito ao que tem mais valor quando na maioria dos casos o que tem mais valor é a habitação?

Portanto, se nós metemos este ponto prévio e damos preferência e o proprietário não exerce esse direito potestativo, então a seguir vamos dar o direito potestativo novamente a ele porque na maioria dos casos a casa é o imóvel que tem mais valor.

Portanto, não nos parece que faça sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andrea Cardoso*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Só mais uma aproximação aqui a esta discussão, para que fique claro.

Realmente os propósitos não ficam apenas no preâmbulo do diploma, não constam apenas do preâmbulo da proposta. São reais e efetivos, sendo certo que temos que considerar que há direitos que, entendemos nós, assistem a ambas as partes. Na altura transmiti ao Sr. Deputado, temos que criar um regime justo e equitativo e que garanta, naturalmente, que possa ser viabilizado e aprovado designadamente pela Assembleia da República, não colocando questões na esfera jurídica de quem tem, de facto, o direito de propriedade do terreno.

Queria deixar uma nota final. Se dúvidas houvesse sobre as intenções do Governo, acho que basta ler o capítulo 3.º, designadamente o artigo 9.º, no que

diz respeito aos incentivos. Naturalmente que o Governo está preocupado e quer criar as condições com este diploma em três planos distintos, inclusivamente na questão que diz respeito ao apoio financeiro às famílias para aquisição dos terrenos, designadamente aquelas famílias que, por escassez de recursos próprios, não o possam fazer.

Portanto, penso que não restam dúvidas sobre aquilo que são as intenções do Governo de criar um regime justo e equilibrado e naturalmente de apoiar aqueles que estão numa situação mais fragilizada em todo este processo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção é apenas e tão só para opinarmos e darmos algum esclarecimento ao Bloco de Esquerda relativamente à sua proposta de alteração, e tem a ver com o facto de não podermos acolher essa vossa proposta porque a tradição do nosso direito português, portanto, aquilo que diz respeito ao direito de propriedade consagrado no código civil onde se tratam parte dos direitos reais, e no caso concreto do direito de superfície da ação é exatamente conforme aquilo que vem consagrado na proposta apresentada pelo Governo.

Portanto, não vou repetir o que já foi explicado por parte do Governo a sua posição, mas parece-nos que dessa forma talvez o Bloco de Esquerda consiga perceber o facto de nós não podermos acolher essa vossa proposta.

Era só isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que nós, obviamente, temos uma opinião diferente.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isto não é de opinião, está na lei!

O Orador: Isto não invalida o nosso voto favorável ao diploma, mas temos uma opinião diferente e deixamos, obviamente, esta mesma opinião também bem vincada porque temos um entendimento diferente. Por uma situação excecional deveria aqui ficar bem claro qual é a opção, neste caso, da Assembleia, que é quem vai enviá-la para a Assembleia da República.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Muito rapidamente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para deixar aqui uma nota de que, à semelhança do que nos parece sensato o conjunto de introduções propostas pelo Governo Regional do Partido Socialista que torna mais claro parte do normativo da presente Anteproposta de Lei, também somos sensíveis à proposta de alteração do Bloco de Esquerda, porquanto procura também clarificar o objeto e o objetivo da iniciativa enquanto Anteproposta de Lei, de criar as condições, evitando que uma situação de exceção se torne adversa ao interesse daquele que é dono das benfeitorias e que é, ao fim e ao cabo, uma parte significativa, senão o objeto desta mesma iniciativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Não era para fazer bem uma intervenção, mas, tendo em conta a circunstância, achei por bem realizá-la.

Este pode ser um daqueles momentos em que as pessoas sentem que a classe política, nomeadamente os seus representantes, quer no Parlamento, quer no Governo, podem efetivamente dar um contributo para a melhoria ou para graves problemas que têm na sua vida.

O Grupo Parlamentar Partido Socialista, nomeadamente, neste caso em particular, os Deputados de São Miguel estiveram presentes em algumas das sessões de esclarecimento que foram realizadas pelo Governo no âmbito da apresentação desta Anteproposta. E foi ver nestas famílias, nestas pessoas o problema que tinham e a desesperança da resolução do seu problema que há tanto tempo demora para ser resolvido.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Há pessoas que esperam, não só desde o 25 de abril, mas até antes, que o facto de terem uma habitação que é sua, que foi trabalhada geração após geração e melhorada, possam efetivamente ter uma oportunidade, de facto, de poder também comprar o solo onde esta habitação está edificada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem todos!

O Orador: Isto é realmente um problema que diz respeito às pessoas!

E são raros os momentos em que nós, diretamente ou indiretamente, podemos apresentar uma proposta que pode solucionar a maioria dos seus problemas.

Quando todos nós discutimos os problemas da abstenção, os problemas do descrédito dos políticos, nós muitas vezes perguntamos porquê. E talvez a melhor forma de resolvermos o problema de algum descrédito que possamos ter é quando nós, num ou noutra momento, com um gesto, com uma proposta, conseguimos efetivamente resolver um problema claro, não um problema

abstrato. E se há algo que esta proposta materializa, e sabendo nós que as leis são todas por princípio gerais e abstratas, mas esta lei geral e abstrata foi contruída e está a ser melhorada para um problema concreto.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Nós sabemos e falamos com muita gente, que eles diziam: ó senhor, mas isso ainda vai para o Parlamento dos Açores, os senhores ainda vão discutir a legislação, isso depois é aprovado, depois ainda vai ao Representante da República ou ainda vai para Lisboa e depois eles nunca mais acabam porque têm tanto para discutir e acabam por não discutir. Eh, pá, nem para os meus netos isto estará resolvido! E foi esse tipo de conversa ou esse tipo de apelo que motivou que os Deputados do Partido Socialista, e acredito que também todos as Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, que tenham tido o cuidado de, num mês, relatar esta proposta e trazê-la aqui. Num mês nós conseguimos resolver a nossa parte do problema! E estou convencido que melhorando a proposta, é verdade, vamos aprová-la e enviá-la para a Assembleia da República.

Mas desenganem-se as Sras. e Srs. Deputados se acham que o nosso trabalho deve ficar por aqui. Da parte do Partido Socialista, garanto-vos que não ficará! Por isso é que, durante o decorrer destes trabalhos, nós apresentamos uma proposta direta à Sra. Presidente. Ao abrigo daquelas que são as competências estatutárias e regimentais, nós apresentamos e fizemos um requerimento à Sra. Presidente para que, após a aprovação desta proposta, se faça algo que muitas vezes se faz aqui: se peça à Assembleia da República para que analise esta proposta com urgência e dispensa de exame em comissão.

Todos nós sabemos que temos eleições na Assembleia da República. Nós sabemos que o Plenário da Assembleia da República termina em julho, mas nós sabemos com esta possibilidade, com a pressão do Partido Socialista e a influência que poderá ter ao nível do Grupo Parlamentar na Assembleia da República, com a influência que acredito que todos, mais ou menos, podem ter

junto dos seus Grupos Parlamentares na Assembleia da República, nós poderemos aprovar esta proposta e, efetivamente, melhorar, na Assembleia da República, com a proposta que aprovamos aqui, a vida das pessoas, um problema que está por resolver desde finais do século XIX!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, nós fizemos aquilo que devemos fazer: ouvimos. O Governo propôs. Nós melhoramos. Cabe-nos, agora, da nossa parte sabemos o que vamos fazer, falar com a Assembleia da República, e os senhores também, para resolver aquilo que interessa verdadeiramente: os problemas da vida da nossa população.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então passar à votação na especialidade, artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração, apresentadas pelo Partido Socialista, ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 2.º com estas alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou agora colocar à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 28 votos do Partido Socialista, 3 do CDS-PP e 1 do PPM; e os votos a favor, 17 do PSD, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos do Partido Socialista, 17 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do PPM; e votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Socialista, artigo 5.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Do Bloco de Esquerda, peço desculpa. A proposta é do Bloco de Esquerda e não do Partido Socialista. Está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 28 votos do PS, 3 do CDS-PP...

Peço desculpa.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, artigo 5.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 28 votos do Partido Socialista, 17 do PSD, 3 do CDS-PP...

Peço desculpa.

Portanto, a proposta anunciada foi rejeitada com 28 votos do Partido Socialista, 17 do PSD e 1 do PPM; e votos a favor, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Julgo que poderei colocar à votação conjunta os artigos 6.º, 7.º e 8.º. Não havendo oposição, estão à votação estes três artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 9.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo PS, artigo 9.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora, por fim, à votação o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta, em votação final global, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao Ponto 12 da nossa Agenda – **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XI – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”**, este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e para a justificar tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É-se sabido que nos Açores existem alguns problemas a nível da retenção dos alunos, a nível do abandono precoce da escolaridade. É também sabido que o Governo tem promovido alguns planos como o ProSucesso para tentar combater este problema, mas como até o próprio ProSucesso reconhece no seu documento enquadrador, o fenómeno do abandono escolar precoce e o fenómeno das retenções está muito relacionado com o nível económico das famílias dos Açores, portanto não é possível dissociar a pobreza do aproveitamento escolar e obviamente que, pelos números que são conhecidos pela parte do Governo Regional, o fenómeno do combate à pobreza não tem sido combatido eficazmente por este Governo que ao fim de 23 anos, inclusivamente, criou um plano para o combater.

É sabido portanto, que em novembro, na altura da discussão do Plano e Orçamento, o PS fez uma proposta que estabelecia a concretização de planos para recuperação de aprendizagens em períodos de interrupção letiva, a cumprir presencialmente nas instalações escolares. Essa proposta foi aprovada nesta Casa, o PSD já na altura votou contra esta proposta e era uma proposta e uma medida de tal forma descontextualizada e extemporânea, que até o próprio Secretário Regional da Educação se demarcou logo dela, referindo que o Governo não iria implementar pois era necessário mais tempo para analisar as suas implicações.

Mas o que é certo é que ela existe, está explanada no estatuto do aluno e os órgãos das diversas escolas podem implementá-la e tem toda a legitimidade para o fazer, mesmo que o Sr. Secretário diga que entende que não é para cumprir. O que é certo é que ela existe, está no estatuto do aluno e pode ser aplicada.

Recentemente, ou não tão recentemente quanto isso, mas já depois da interrupção letiva da páscoa, o PSD teve conhecimento que foram mobilizados nalgumas ou nalguma unidade orgânica da Região, professores para cumprir trabalho letivo e nós consideramos que é preciso de uma vez por todas e antes de iniciar o próximo ano letivo é preciso clarificar bem esta medida.

Nós não podemos estar aqui num limbo, é que ela existe porque está legislada, mas o Sr. Secretário diz que não aplica – não podemos andar neste limbo –, é preciso esclarecer e tornar as coisas bastante claras para toda a comunidade educativa, para alunos e para professores e para os próprios órgãos das escolas.

É por isso que nós propomos que ela seja debatida com urgência e a urgência prende-se com o facto de ser necessário, segundo a nossa visão, que no início do próximo ano letivo isto esteja completamente esclarecido.

Daquele que foi o nosso contato em diversas unidades orgânicas e fora dela com vários profissionais do ensino e com alunos, associações de estudantes. Por

aquilo que foi a opinião publicada em vários órgãos de comunicação social por professores ou por pedagogos especialistas na matéria, até mesmo ela foi muito discutida em determinados fóruns da especialidade da pedagogia, a nível nacional, por alguns pedagogos e eu quando foi aqui o projeto do PPM e do CDS eu fiz até uma citação de uma pessoa que praticamente todas as semanas escreve num grande diário de referência nacional sobre educação e que, como eu disse também na altura, não tem qualquer possibilidade de ser confundido com partidos da direita ou do centro de direita. Esta medida, para nós, não é uma medida saudável, portanto nós queremos o mais brevemente possível esclarecê-la para que, como eu disse e volto a repetir, não haja aqui uma espécie de limbo e que fique perfeitamente claro, no início do próximo ano letivo se ela vai continuar, se o PS e nós apelamos a isso, que vote pela revogação desta medida e aprove depois a nossa proposta para que esta medida deixe de estar em vigor.

As interrupções letivas, e nós defendemos isso, são períodos de descanso especialmente para os alunos e que são bastante defendidas, como a Sra. Deputada que está a tentar fazer uns apartes sabe, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Está a fazer apartes!

O Orador: ...que são bastante defendidas por todos os pedagogos e a nível dos países europeus.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Que bela justificação de urgência!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Também quer ensinar a Sra. Presidente a conduzir os trabalhos!

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já em janeiro deste ano o CDS considerou que esta era uma questão urgente quando apresentou exatamente a mesma iniciativa em conjunto com o PPM que é trazida hoje aqui pelo grupo parlamentar do PSD e bem porque na altura a nossa iniciativa foi chumbada e como não podemos apresentar duas vezes a mesma iniciativa no mesmo ano parlamentar, o PSD ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Sessão legislativa!

A Oradora: Obrigada pela correção.

O Partido Socialista percebe bem a impossibilidade do CDS de voltar a trazer aqui o assunto, o grupo parlamentar do PSD decidiu não deixar cair esta matéria que para o CDS, se já era urgente à seis meses atrás, hoje, por maioria de razão, ainda é mais urgente, mas mais do que urgente é lamentável que o Governo Regional e o partido que o suporta continuem a insistir numa norma que foi aprovada aquando do Orçamento Regional para 2019 pelas esquerdas unidas ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Lembra-me alguém com cristas!

A Oradora: ... que, na nossa opinião, a única coisa que faz é estigmatizar os alunos com mais dificuldades, penalizar os professores e cujo o objetivo único é tentar de uma forma completamente artificial reduzir as taxas de retenção. E portanto, para o CDS é urgente impedir que os professores, já esgotados pela falta de recursos e pela sobrecarga de trabalho, tenham ainda que manter a sua atividade docente durante os períodos de interrupção letiva, que é urgente impedir que os alunos com mais dificuldades sejam privados do seu direito a tempos livres, ficando de castigo na escola a trabalhar, enquanto os seus colegas estão de férias e portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, para o CDS é urgente que seja alterada esta norma, que a única coisa que faz é criar um critério de exclusão numa escola que o Partido Socialista, sistematicamente, apregoa como sendo inclusiva.

Muito obrigada.

Deputado Francisco Coelho (PS): Pública e laica!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência desta questão é evidente, estamos praticamente a começar (começa em setembro) um novo ano letivo e é de facto urgente que esta questão fique resolvida antes do início do próximo ano letivo e com este pedido de urgência é possível expurgar do estatuto do aluno uma norma que é uma violência, uma norma que retira, por exemplo, o direito a que os alunos e as crianças com níveis negativos tenham direito a usufruir o Natal junto das suas famílias, é algo que é de uma violência inacreditável, isto é um absurdo, um absurdo que não pode estar, é uma vergonha para a Região Autónoma dos Açores que esta norma aqui permaneça porque significa uma discriminação brutal para os alunos que têm os tais resultados menos positivos que o Partido Socialista e as esquerdas, como aqui foi bem referenciado, o Bloco de Esquerda e o PCSP que votaram favoravelmente esta legislação, eu considero que em relação a esta matéria, este absurdo que aqui está tem que ser retirado, tem que ser expurgado com rapidez, no início do próximo ano letivo não pode permanecer esta violência, do ponto de vista da legislação do estatuto do aluno.

E é isto que é urgente. É urgente agir, é urgente expurgar um erro tremendo que o Governo Regional já assumiu, mas que a bancada do Partido Socialista ainda não assumiu e que o Bloco de Esquerda também não assumiu. Devo aqui fazer referência que o PCP, em relação a esta matéria, já alterou a sua posição.

Mas eu considero, e termino Sra. Presidente, esta é uma oportunidade para que o próximo ano letivo se inicie sem que esteja presente esta ameaça, esta discriminação em relação aos nossos alunos porque eu devo dizer-vos uma coisa, é de uma violência extrema ...

Deputada Graça Silva (CDS-PP): E em relação aos outros funcionários públicos?

O Orador: ... dizer a uma criança: “não, tu agora não podes ir de férias. Não podes Joãozinho porque vais ficar na escola. Tiveste negativa a matemática, português ou educação visual e tu vais ficar no Natal, o teu lugar é aqui na escola”.

Isto é de uma violência, isto é um absurdo, isto tem que ser retirado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos então passar à votação deste pedido de urgência apresentado pelo PSD:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Foi aprovada a urgência.

Seguirá então agora para a comissão especializada na matéria para depois subir a plenário.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Passamos agora ao Ponto 13 da nossa Agenda – **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 148/XI – “Recomendar ao Governo Regional que preserve o pavimento da Ladeira do Maranhão, na Vila do Corvo, que constitui um dos últimos troços preservados da calçada tradicional da respetiva ilha”.** Este pedido de

urgência é apresentado pelo PPM, por isso tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão para justificar a urgência da mesma.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado João Paulo Ávila (PS): Porque não leva à assembleia municipal?

O Orador: Perguntava-me um deputado do Partido Socialista num aparte, que eu vou aproveitar porque me dá jeito: Porque é que não levou isto à Assembleia Municipal?” Por duas razões: em primeiro lugar porque é difícil, porque não consigo estar em dois sítios ao mesmo tempo, portanto é uma impossibilidade. Depois, em segundo lugar – não, os srs. é que fizeram a observação e eu aproveitei – porque esta matéria é uma competência do Governo Regional e devo dizer-vos que nunca apresentei, ao longo de doze anos neste Parlamento, uma situação tão urgente. Há urgências e urgências, mas esta urgência é de facto, muito urgente. Porque, meus srs., esta questão para mim e acredito que para todos os srs. deputados que aqui se encontram, que são pessoas de bem, esta questão é uma questão que tem a ver com a defesa do nosso património e vejam bem, esta é a calçada tradicional do Corvo, o troço que está em questão (esta fotografia tem dois dias)...

(Mostra fotografia à câmara)

O Orador: ... e daqui a uma semana o último vestígio da calçada tradicional do Corvo, datada do século XIX, irá ser retirado. Esta calçada irá ser removida e em seu lugar, daqui a uma semana, será instalada esta calçada, de um gosto muito duvidoso, mas mais importante, com materiais que não são os materiais tradicionais, que não tem nada a ver com a calçada tradicional e eu devo dizer-vos uma coisa, temos uma semana para impedir que isto possa acontecer, digo-vos uma coisa, os srs. todos conhecem esta excelente coleção do inventário do património imóvel dos Açores ...

Deputado André Bradford (PS): Quem é que fez isso?

O Orador: ... esta calçada está aqui, esta fotografia do inventário da ilha do Corvo, está aqui, foi feita pelo Governo Regional, por um Governo Regional do Partido Socialista e faz parte de um conjunto protegido que está aqui e vai deixar de existir a partir da próxima semana.

Meus srs. porque é que trago aqui? A pergunta é esta e eu quero dar a resposta em relação a essa matéria, porque é evidente que isso explica porque é que é urgente e porque é que está aqui este assunto. Meus, srs. a questão fundamentalmente é esta, a legislação o que é que diz? A legislação no âmbito do regime específico de proteção e valorização do património da cultura imóvel dos núcleos antigos da vila do Corvo, decreto regulamentar regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro de 2015 diz o seguinte: “o pavimento das ruas, canadas e largos deve ser de basalto, ficando proibida a aplicação de tintas e vernizes.” Ora, meus srs., parece-me evidente o novo piso não é de basalto. Parece-me absolutamente evidente, portanto há aqui uma violação evidente da legislação em relação a esta matéria, mas mais do que isso, também uma legislação recentemente aprovada nesta Casa, que é o decreto legislativo regional n.º 3/2015/A – regime jurídico de proteção e valorização do património da cultura móvel e imóvel diz o seguinte no âmbito do n.º 3 do art.º 25º: “ os espaços públicos dentro das áreas classificadas – que é o caso – e respetivas zonas de proteção devem respeitar e manter os elementos, materiais e desenho dos pavimentos originais”. Vou voltar a repetir: “os espaços públicos devem manter os elementos de materiais e desenho dos pavimentos originais.” Açam que se mantém o desenho e o pavimento tradicional? Açam que se mantém o desenho ou não há aqui uma evidente violação da legislação? Existindo violação da legislação, qual é a competência do Governo? Também está prevista nesta legislação, ou seja, acabei de referenciar o decreto legislativo regional n.º 3/2015/A – regime jurídico de proteção e valorização do património e diz o seguinte, em relação às competências da administração regional, artigo

23.º: “a administração regional no exercício das tarefas de salvaguarda e valorização do património cultural que legalmente lhes são competidas”, compete à administração regional acompanhar e fiscalizar a execução das obras. Ora, esta é uma competência evidente do Governo Regional e o Governo Regional tem a obrigação, tem o dever de proteger o património cultural, o património móvel e imóvel da Região Autónoma dos Açores, estão aqui as suas competências.

E finalmente, Sra. Presidente, uma última referência à legislação, dizer o seguinte também em relação à lei n.º 107/2001, cuja aplicação é da competência do Governo Regional também diz o seguinte: “não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra no interior ou no exterior de monumentos conjuntos ou sítios classificados – que é o caso – nem mudança de uso suscetível de afetar no todo ou em parte sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração central regional – que é o caso – conforme os casos”.

Ou seja, o Governo tem que autorizar expressamente e o Governo tem que acompanhar expressamente e não pode demitir-se dessas funções e por isso, meus srs., eu solicito a este Parlamento dos Açores, eu solicito penhoradamente a vs. exas., a cada uma de vs. exas. que não permitam esta ilegalidade. Daqui a uma semana será tarde, se esta urgência não for aprovada vai para comissão e entretanto, esta calçada desta calçada tradicional, o que resta, o último vestígio da calçada tradicional do Corvo será destruída.

Além da ilegalidade, penso que esta matéria irá pesar nas consciências de vs. exas. porque não é que o Parlamento o possa fazer e possa alterar o destino e a destruição desta calçada, é que nós temos esse dever em relação à proteção do património dos Açores, especificamente neste caso, em relação ao património da ilha do Corvo. Temos esse dever de consciência e eu peço penhoradamente a vs. exas. que impeçam a destruição desta calçada tradicional, é algo que nós

vemos que acontece em países de terceiro mundo todos os dias, mas eu peço-vos penhoradamente, nós temos o dever de impedir a destruição do nosso património e pelo menos esta iniciativa já terá um mérito, é que os srs. daqui uns dias, quando a calçada tiver sido destruída, não podem dizer que não sabiam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência

Pergunto se há alguma inscrição?

Julgo não haver.

E não havendo inscrições vamos então passar à votação deste pedido de urgência:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência anunciado foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista, tendo votado a favor 17 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Foi chumbada a urgência. Sendo assim ela vai descer à comissão especializada na matéria.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento que tendo eu explicado, demonstrado, mostrado as imagens daquilo que está em causa que o Partido Socialista – estou numa declaração de voto, não vou fazer referência ao Partido Socialista – mas que tenha sido inviabilizada esta iniciativa por parte da maioria. Esta é uma daquelas matérias em que não existem divisões ideológicas ou partidárias, é o interesse público, é a defesa da legalidade que está em causa e aqui não podemos olhar para o facto

de uma câmara municipal ser do PSD, ou ser do CDS, ou ser do Partido Socialista – não dou exemplo, nós não temos nenhuma – mas não é relevante neste caso o que era importante era que nós olhássemos para o interesse público nesta matéria e para a defesa da legalidade. Eu tentei a abordagem do ponto de vista político e esperei que da parte do Governo Regional existisse também uma posição responsável em relação a esta matéria e que a destruição do património fosse evitada. Do ponto de vista político nós podíamos fazer, mas os srs. decidiram não o fazer e eu acho grave, é das vezes que me sinto mais triste por ser tão evidente que isto é algo que é errado, não se pode fazer, isto não pode acontecer e não se pode proteger ninguém politicamente que faça uma coisa destas e que cometa esta ilegalidade.

Não me restando mais nenhum elemento a que eu possa recorrer, eu anúncio aqui que vou apresentar uma providência cautelar em relação a esta matéria e que vou estudar qual é o procedimento jurídico para confrontar o Governo Regional ...

Presidente: Sr. Deputado está no âmbito da declaração de voto.

O Orador: ... com a ausência do exercício das suas funções que lhe cabem por lei, ou seja providência cautelar...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo não pode falar!

O Orador: ... que eu vou apresentar em relação a esta matéria no sentido de tentar proteger ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: ... este conjunto classificado, este património e que vou estudar qual é o melhor mecanismo para confrontar o Governo com a sua inação nesta matéria.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Já terminei, Sra. Presidente

Presidente: Pois, terminou porque tinha que ser, não é Sr. Deputado?

Para uma declaração de voto tem a palavra o é Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista não deixa de considerar com alguma pertinência este projeto de resolução, apresentado aqui pelo Partido Popular Monárquico, no entanto temos que ter em conta que a empreitada da reestruturação da calçada do conjunto classificado da vila do Corvo tem como promotor a Câmara Municipal do Corvo.

Julgamos não ser correto nem razoável estarmos aqui a aprovar ou rejeitar um projeto de resolução sem ouvir previamente o responsável, cujo teor incide diretamente.

Assim, e por considerarmos não possuir todos os elementos ou informações que nos permitem ajuizar e decidir de uma forma esclarecida, o grupo parlamentar do Partido Socialista votou contra esta urgência para que o diploma baixe à comissão permanente especializada responsável.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos agora para o Ponto 15 da nossa Agenda - **Projeto de Deliberação n.º 4/XI – Suspensão da data para entrega do Relatório Final da Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores (CEIRCCIRAA)**, subscrito pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto de deliberação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler a proposta de deliberação final, uma vez que concluimos os trabalhos da Agenda.

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de junho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os trabalhos.

Uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 17 horas e 10 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

João Paulo Ávila

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Procede à oitava alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, e à terceira alteração à Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto, e aprova o Regime Jurídico das Fundações e Associações de Partidos Políticos – n.º 1215/XIII (NINSC) - n.º 250/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 05 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 05.

2 - Propostas de Lei:

Assunto: Altera o regime da estruturação fundiária – n.º 203/XIII – n.º 251/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 06 – 05

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 25;

3 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019 - MF - (Reg. DL 232/2019) – n.º 119/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2019 – 05 – 30

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 04 (querendo).

4 - Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário - com pedido de urgência – n.º 36/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 06 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 28;

5 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Reabilitação do Porto das Poças na ilha das Flores – n.º 147/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 05 – 24

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 25.

Assunto: [Recomendar ao Governo Regional que preserve o pavimento da Ladeira do Maranhão, na Vila do Corvo, que constitui um dos últimos troços preservados da calçada tradicional da respetiva ilha – n.º 148/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 06 – 05

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 07 – 08.

6 - Projeto de Deliberação:

Assunto: [Suspensão da data para entrega do Relatório Final da CEIRCCIRRA – n.º 4/XI](#)

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP

Data de Entrada: 2019 – 06 – 05

Data Limite de Parecer: Agendamento na presente sessão plenária.

7 - Requerimentos:

Assunto: [Orla Costeira do Pocinho, da Barca e das Lajes do Pico](#)

Autores: Marco Costa, Jorge Jorge e Catarina Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 06 – 04

Referência: 54.03.06 – N.º 651/XI;

Assunto: [Realização de provas da Universidade Aberta fora da ilha de residência](#)

Autores: João Bruto da Costa, Bruno Belo e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 06 – 04

Referência: 54.03.06 – N.º 650/XI;

Assunto: [Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 06 – 05

Referência: 54.06.02 – N.º 652/XI;

8 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Campo de Golfe do Faial: como foram salvaguardados os interesses da Região?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 31

Referência: 54.03.07 – N.º 598/XI;

Assunto: [SINAGA continua a consumir dinheiro dos Açorianos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 05 – 31

Referência: 54.03.00 – N.º 600/XI;

Assunto: [Organizações de agricultores dos Açores - Financiamentos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 06 – 3

Referência: 54.03.00 – N.º 596/XI;

9 - Comunicações/Informações:

Assunto: Correio eletrónico a remeter o relatório 6/2019 - “Evolução orçamental das Administrações Públicas 2018”

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2019 – 05 – 30;

Assunto: Correio eletrónico a agradecer pelo envio da Resolução n.º 8/2019 - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA - Cumprimento da decisão judicial do reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores

Proveniência: Pedro Ramos, Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2019 – 05 – 31;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado para publicação do DLR n.º 11/2019 - Decreto Legislativo Regional n.º 11/2019 - Adaptação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas à Administração Regional da Região Autónoma dos Açores, e quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A,

de 14 de outubro, que procede à harmonização na Administração Pública Regional da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, sucessivamente alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 33/2010/A, de 18 de novembro, 2/2014/A, de 29 de janeiro e 3/2017/A, de 13 de abril

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 05 – 31;

Assunto: Ofício a reconhecer e a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor José Soares Nunes

Proveniência: Cónego Doutor Hélder Miranda Alexandre, Reitor do Seminário Episcopal de Angra

Data de Entrada: 2019 – 06 – 03;

Assunto: Ofício a agradecer os Votos de Pesar pelo falecimento do Rev. P. José Alves Trigueiro e do Rev. P. Manuel Garcia da Rosa

Proveniência: Pe. Jacob Vasconcelos, Secretário Episcopal da Diocese de Angra

Data de Entrada: 2019 – 06 – 03;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento do Rev. P. Manuel Garcia da Rosa

Proveniência: Maria Alice Garcia Fialho

Data de Entrada: 2019 – 06 – 04;

Assunto: Correio eletrónico a acusar a receção da Resolução n.º 8/2019 - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA - Cumprimento da decisão judicial do reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 06 – 04;

Assunto: Correio eletrónico a acusar a receção da Resolução n.º 8/2019 - Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA - Cumprimento da decisão judicial do reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores

Proveniência: Patrícia Melo e Castro, Assessora do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2019 – 06 – 04;

Assunto: Ofício a informar que foi enviado o Relatório de Atividades da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, relativos ao ano de 2018

Proveniência: Vitor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 06 – 05;

10 - Relatórios:

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de junho de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 06 – 03;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 13/XI – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 06 – 03;

Assunto: [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José António Vieira da Silva Contente](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 06 – 03;

Assunto: [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José Manuel Gregório de Ávila](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 06 – 03;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de junho de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 06 – 03;

Assunto: [Audição n.º 118/XI-GR – “Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico emergente do pagamento indevido de prestações de segurança social e os regimes jurídicos de proteção nas eventualidades de invalidez, velhice e morte do regime geral de segurança social - MTSSS - \(Reg. DL 220/2019\)”](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 06 – 03;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de junho de 2019](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 06 – 03;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XI - “Define a estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 06 – 04;

Assunto: [Audição n.º 117/XI-GR – “Projeto de Decreto-Lei que transpõe a Diretiva de execução \(EU\) 2018/1581, no que diz respeito aos métodos de cálculo das obrigações de armazenagem, e altera o Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro - MATE - \(Reg. DL 212/2019\)”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 06 – 04;

Transcrição efetuada por, Sara Azevedo